



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Bruno Pereira Cordeiro

**As ameaças reais do Escola Sem Partido: guerras culturais e pânico morais**

[Florianópolis]

[2023]

Bruno Pereira Cordeiro

**As ameaças reais do Escola Sem Partido: guerras culturais e pânico morais**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof. Amurabi Oliveira Dr.

[Florianópolis]

[2023]

### Ficha catalográfica para trabalhos acadêmicos

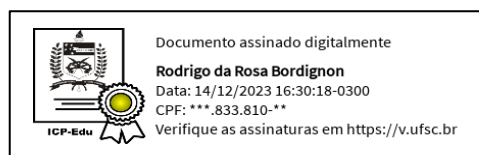
Cordeiro, Bruno Ameaças reais do Escola Sem Partido: :  
Guerras culturais e pânico morais / Bruno Pereira  
Cordeiro ; orientador, Amurabi Oliveira, 2023. 63 p.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis,  
2023. Inclui referências. 1. Ciências Sociais. 2. Educação e  
gênero. 3. Novas direitas. 4. Escola Sem partido. 5.  
bolsonarismo. I. Oliveira, Amurabi . II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais.  
III. Título.

Bruno Pereira Cordeiro

**As ameaças reais do Escola Sem Partido: Guerras culturais e pânicos morais**

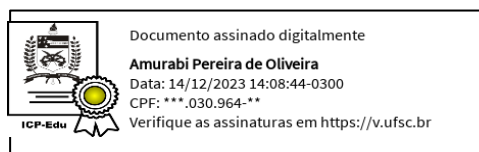
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciatura e aprovado em sua forma final pelo Curso Ciências Sociais Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 11 de dezembro de 2023

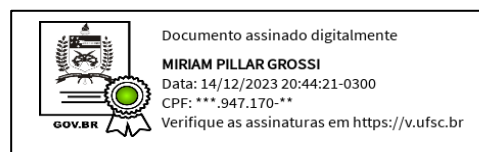


Coordenação de curso

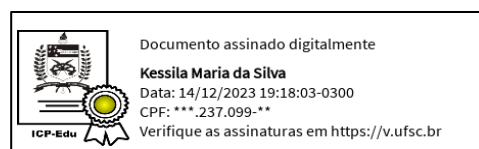
**Banca examinadora**



Prof. Amurabi Oliveira Dr.(a) Orientador



Prof.(a) [Miriam Grossi, Dr.(a)]  
Universidade Federal de Santa Catarina



Keo Silva, MSC  
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2023



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família. Em especial, celebro e agradeço à vida de meus pais, Breno e Jussara, e de minha vó, Anita. Que honra e alegria a minha ter crescido e me desenvolvido sob seus constantes cuidados e demonstrações de amor. De vocês, carrego um pouco de cada um em mim. Obrigado por tudo e por tanto. Dedico esse TCL a vocês. Amo-os.

Agradeço ao meu orientador, Amurabi Oliveira, pela sua generosidade e disponibilidade em mais uma vez me acolher como orientando. Sou muito grato pelas orientações e pela mobilização em realizar minha defesa.

Agradeço a disponibilidade e generosidade da banca em aceitar avaliar meu trabalho. Obrigado, professora Miriam Grossi, por mais uma vez me dar a honra de fazer parte de um TCC meu. Sou muito grato pela oportunidade de já ter feito parte do NIGS. Os aprendizados, as experiências e as amizades que fiz no NIGS são para vida toda; Obrigado, Keo Silva, um querido amigo de tantos anos e referência intelectual que agora me brinda com o aceite em minha banca. MUITÍSSIMO obrigado.

Agradeço a UFSC, aos técnicos da universidade e a todos professores que tive pelo ensino público e de excelência.

Agradeço a todos amigos que a vida colocou no meu caminho. São tantos, que fica difícil nomear um por um. Agradeço em especial aqueles/as que estiveram comigo nesses últimos anos sombrios de pandemia e bolsonarismo no poder. Tenho tido a sorte de estar sempre bem rodeado de pessoas leais, que me ajudam a dar um sentido coletivo à vida em tempos de ode ao individualismo. Nos bons e nos maus momentos, vocês têm estado comigo: Djor, com quem divido a casa e o dia a dia há sete anos; À Maci, Júlio, André, Zé, Bruno, Flora, meus companheiros de casa, de rotina, de família; Agradeço aos têm constantemente brindado a vida comigo: Luli, Wagner, Mila, Braga, e tantos outros representados em vocês.

Agradeço aos meus amigos que a distância física e o tempo já provaram não serem capazes de nos separar. Passa o tempo, e nossos laços só se fortalecem, só confirmam a certeza do nosso amor que nunca deixou de ser nutrido, alimentado e respeitado. Alex, Fino, Júlio, Inácio, Gregori, Mateus, Gregory, Digue, Luciano Jahnecka, Maria, Bruna, Aninha, Ana Paula. Amo imensamente. Como disse Maria Bethânia: “Agradecer os amigos que fiz e que mantém a coragem de gostar de mim, apesar de mim...”

Por fim, um agradecimento especial para Marco Aurélio, meu marido, meu amor, meu amigo e meu companheiro de vida há mais de sete anos. Sou muito grato pela parceria, por nunca deixar eu me sentir sozinho, por me trazer calma e segurança nos momentos de maior turbulência; por dividir a alegria pela vida e a sua generosidade. Que honra dividir meus dias com você. Te amo.

## RESUMO

O Escola Sem Partido é um movimento brasileiro que existe desde 2004. Miguel Nagib, seu criador, atribui o seu surgimento a necessidade de combater a doutrinação nas escolas brasileiras. Juntamente com o crescimento da extrema direita de maneira transnacional e do bolsonarismo no Brasil, os impactos da atuação do Escola Sem Partido intensificaram-se a partir de 2010 e mudou seu enfoque principal do marxismo cultural para a 'ideologia de gênero'. Através da formulação e utilização do sintagma 'ideologia de gênero', em uma aliança que inclui setores religiosos neoconservadores, sobretudo a igreja católica e as evangélicas neopentecostais, movimentos seculares ultraliberais e políticos antissistêmicos, o ESP empreendeu uma verdadeira cruzada antigênero na intenção da renaturalização do gênero e da ordem moral reacionária. Este trabalho visa analisar o crescimento do Escola Sem Partido em consonância com o bolsonarismo, bem como investiga as reais ameaças a educação pública a partir da compreensão de seus métodos de guerras culturais e disseminação de pânicos morais.

**Palavras-chave:** Escola Sem Partido 1; Pânicos morais 2; Bolsonarismo 3.





## ABSTRACT

The "School Without Party" is a Brazilian movement that has existed since 2004. Its creator, Miguel Nagib, attributes its emergence to the need to combat indoctrination in Brazilian schools. With the rise of the extreme right on a transnational scale and Bolsonaroism in Brazil, the impacts of the School Without Party intensified from 2010 onwards, shifting its main focus from cultural Marxism to 'gender ideology.' Through the formulation and use of the term 'gender ideology,' in an alliance that includes neoconservative religious sectors, especially the Catholic Church and neopentecostal evangelicals, secular ultraliberal movements, and antisystemic politicians, the School Without Party undertook a true anti-gender crusade with the intention of naturalizing gender and promoting a reactionary moral order. This study aims to analyze the growth of the School Without Party in conjunction with Bolsonaroism and the real threats to public education by understanding its methods of cultural warfare and the dissemination of moral panics.

**Keywords:** School Without Party 1; Moral panics 2; Bolsonaroism 3.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>O SURGIMENTO DE BOLSONARO.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1</b>	<b>A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2</b>	<b>GUERRAS CULTURAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>2.3</b>	<b>PÂNICOS MORAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>3</b>	<b>ESCOLA SEM PARTIDO.....</b>	<b>38</b>
<b>3.1</b>	<b>AMEAÇAS REAIS DO ESCOLA SEM PARTIDO .....</b>	<b>53</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto se constroi na esteira do que tem sido um fluxo constante em minhas reflexões e preocupações. É, de certa forma, uma continuidade não linear de minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, defendida em dezembro de 2017 (Cordeiro, 2017). Em meu TCC, pesquisei as relações de gênero e sexualidade em uma escola estadual da região metropolitana de Florianópolis(SC), a partir de um trabalho de campo realizada em 2014, época em que lecionei sociologia na escola enquanto professor substituto. Meu objetivo foi perceber como os/as estudantes se apropriavam da escola e construíam suas experiências e suas identidades no espaço escolar e compreender como as relações de gênero e sexualidades são vividas e construídas pelos/as jovens estudantes e professores/as no cotidiano de uma escola da região metropolitana de Florianópolis, a partir de minha observação participante como professor gay e pesquisador nesta escola.

Naquele momento, já era perceptível uma intensa polarização no cenário político brasileiro, processo esse que se intensificou em 2013 com as manifestações de junho<sup>1</sup>. Lecionei durante quatro meses, de setembro a dezembro, no entretanto do que considero dois acontecimentos de grande porte e forte impacto nas relações políticas no Brasil: um ano após as já citadas manifestações de junho de 2013 e um ano antes das ocupações secundaristas<sup>2</sup> das escolas em SP e que se espalhou pelo Brasil todo. Apesar de não ter sido o enquadramento central da minha pesquisa, um dos pontos que ficou saliente, tanto na reflexão teórica quanto ao surgimento do campo, foi a maneira que essa tensa atmosfera sociopolítica atravessava e permeava as relações nesta escola, uma vez que o gênero e a sexualidade, a educação e os direitos humanos já se mostravam como fundamentais no embate macropolítico. Para tanto, tomei como relevante o surgimento de políticas públicas de diversidade sexual e de gênero nos últimos anos, as decisões do Supremo Tribunal Federal em relação a união estável entre pessoas do mesmo sexo, o aborto

---

<sup>1</sup>Manifestações desencadeadas na cidade de São Paulo pelo Movimento Passe Livre contra o aumento de vinte centavos da tarifa do ônibus. A manifestação foi duramente reprimida pela Polícia Militar e logo se espalhou por diversas cidades do Brasil afora, ganhando diversas outras pautas reivindicatórias e tendo diversos grupos políticos reivindicando a organização, tendo como novidade o surgimento ou aparecimento de grupos que até então não utilizavam a rua como espaço de luta, tais como as organizações da extrema direita.

<sup>2</sup>Em 2015, estudantes secundaristas da cidade de São Paulo ocuparam mais de 200 escolas em protestos à medida anunciada pelo governo de Geraldo Alckmin de extinção de cem escolas. No ano seguinte, as ocupações se estenderam pelo Brasil todo como protestos contra a precarização da educação brasileira, tornando-se um marco pela luta estudantil.

em caso de fetos anencéfalos etc., e como esse contexto discursivo e de práticas favoráveis e contrárias a essas mudanças também ajudaram a possibilitar e modular o campo da educação e o cotidiano escolar.

Ao fim de meu TCC, considerando os marcos da política para educação, do embate da política cultural e da política moral, afirmei que “apesar da constatação de um cenário de redução de verbas para políticas educacionais, de redução em políticas progressistas para a educação somado a um cenário mais amplo de proposições reacionárias” (CORDEIRO, 2017, p.67), isso não era suficiente para representar uma imobilização no cenário das resistências, visto que minha etnografia apontou a escola pesquisada como um espaço profícuo no que tange as relações de gênero e sexualidades. Também considerei em meu TCC, a questão da temporalidade, pois apesar de o trabalho ter sido defendido em 2017, a pesquisa de campo tratava-se do ano de 2014. Nas considerações finais salientei que:

como já foi dito ao longo do texto, cabe reafirmar que este campo foca nas observações feitas e vividas em uma escola, portanto, trazendo vários recortes que cabem ao contexto somente desta escola, mas que, com um esforço analítico, coloca-nos a possibilidade de refletir a escola como um todo, seus processos educativos, e a vivência e corporalidade dos/as jovens. Inclusive, um recorte fundamental colocado é a questão temporal. Se já ressaltai nesta pesquisa a importância das políticas públicas e discursos externos à escola como influentes na constituição da vivência escolar, não há dúvida de que em 2017, projeto e discursos como escola sem partido e o combate a ideologia de gênero, muito mais fortes e influentes politicamente hoje em dia, afetam e transformam a escola de maneira diferente. (CORDEIRO, 2017 p.67)

Se por um lado em minha pesquisa na escola analisei a relação do cotidiano escolar com o crescimento de uma pauta progressista no cenário político brasileiro no que tange à diversidade sexual e de gênero, no sentido de ampliação de direitos e visibilidade maior a sujeitos e categorias historicamente invisibilizados, principalmente durante a última metade da primeira década de 2000, por outro, o meu campo em 2014 já apontava um tensionamento crítico na vivência escolar de tais políticas frente ao avanço dos discursos e das pautas e forças reacionárias e morais, seja na política institucional, seja na sociedade civil.

A emergência de novos conceitos, a assimilação e propagação de conceitos teóricos para a militância social e o senso comum formando uma nova gramática política, os conflitos no entorno das políticas identitárias, novas agendas que ganham relevância e se estabelecem no debate público, tudo isso, com certeza,

altera, questiona, reconfigura estruturas sociais. O antropólogo Felipe Fernandes (2011) observa que foi o campo da educação o mais focado e profícuo na introdução do termo homofobia na agenda política brasileira e da elaboração de políticas públicas antidiscriminatórias na gestão Lula em seus dois mandatos. Sobre a condição da escola em estar em constante modificação e ser um exemplo promissor para pensar os conflitos sociais, a historiadora e educadora Guacira Louro taxa que:

As condições de existência das instituições escolares e acadêmicas estão, certamente, em transformação (como de resto, por seu caráter histórico, estão todas as instituições sociais). A presença maciça das meninas e mulheres nas salas de aula (em algumas instâncias e níveis superando a presença masculina); a maior visibilidade dos sujeitos homossexuais e bissexuais e seu reconhecimento pela mídia; a imposição das discussões sobre sexo e sexualidade, a partir da expansão da AIDS; o aumento das relações afetivas e sexuais fora do casamento formal; a extraordinária revolução das formas e meios de comunicação — todos esses e muitos outros processos estão atravessando a escola. Esses processos rompem antigas barreiras sociais, de tempo e de espaço, promovem contatos com múltiplos sujeitos, saberes, modos de vida, comportamentos e valores, de formas antes impensáveis. (LOURO, 2000p. 119-120).

Ao pesquisar a construção da sexualidade e as relações de gênero em uma escola, afirmei que uma educação que permita colocar os saberes hegemônicos à luz de um debate crítico, que se pense numa política da diferença na escola em que não exclua sujeitos e que crie possibilidades do debate, da autonomia e do enfrentamento às violências racistas, homofóbicas e de gênero, fortalece, na experiência escolar, a consciência e prática democrática, além de ser um espaço mais propício ao aprendizado. No entanto, o contrário também é verdadeiro. Em meio a um recrudescimento de um moralismo que tem sido cada vez mais saliente na cena política no Brasil (e, em muitos aspectos, relacionando-se de forma transnacional), o terreno da educação tem sido um dos principais vetores no conflito político e moral na contemporaneidade (MISKOLCI, 2007).

A fim de corroborar com a importância de esmiuçar e buscar analisar nosso contexto sociopolítico através das políticas educacionais, e de como essa seara tem representado um excelente locus de análise para tanto, trago para uma reflexão paralela a importância da ocupação secundarista em resposta aos governantes e suas medidas de redução de investimento em educação e suas políticas sem levar em conta o estudante, que começou na cidade de São Paulo e se espalhou pelo Brasil, tornando-se a maior ocupação simultânea do mundo. Para o filósofo Peter

Paul Pelbart, a significação e importância política da ocupação secundarista escapa de precedentes:

Um acontecimento no sentido forte da palavra, como o que foi produzido no bojo desse movimento, divide o tempo em antes e depois. Não dá mais para voltar atrás – algo de irreversível se deslocou no corpo, no afeto, na imaginação, na compreensão dos estudantes, mas também dos seus pais, dos professores, das suas famílias, na comunidade, na cidade. E o que aconteceu torna-se uma espécie de farol, de incandescência, de marca indelével, de referência incontornável – já não é possível fingir que nada aconteceu, que se pode passar por cima disso, que se pode voltar para a mesma subserviência ou apatia ou passividade de antes. É que foi muito forte o que se viveu, foi muito intenso, foi muito vital, foi mais do que uma experiência, foi uma experimentação coletiva, micropolítica e macropolítica, que abriu um campo de possíveis, e por conseguinte pode ser retomada a qualquer momento, e pode ser prolongada, ampliada, transposta, tal como de fato vai contagiando outros Estados do Brasil, de forma variada. (PELBART, 2016)

Se as ocupações secundaristas, por um lado, demonstraram uma capacidade de mobilização e de resistência da juventude perante os desmandos dos governantes para com a educação e suas vidas, por outro, o Movimento Escola Sem Partido<sup>3</sup>, um movimento moral e reacionário com aparatos jurídicos, ganha força em nossa sociedade e instituições como uma onda avassaladora que se impõe de maneira estridente contra, por exemplo, as razões de existir das ocupações secundaristas: a luta e resistência por uma escola pública, mais horizontal, que preze pelo lugar do saber, espaço de cidadania e da diversidade.

O Escola Sem Partido – a partir de agora será usado a sigla ESP - surgiu em 2004, mas foi somente no contexto da explosão da polarização política, acarretada pelo surgimento do Bolsonarismo e do fortalecimento do campo da extrema direita que se deu de modo transnacional, que ele ganhou relevância e tem sido frequente em proposições legislativas por parte das bancadas religiosas, movimentos privados da educação e da extrema direita num geral, bem como tem servido como dispositivo de controle à escola – e num sentido amplo à educação pública - por parte da sociedade civil através da influência dos movimentos reacionários.

Não há dúvida de que esse movimento se impôs na agenda política nacional, sobretudo da educação. Com efeito, entendo que o projeto Escola Sem Partido e seu poder discursivo carregam em si uma síntese importante de uma disputa política que vai para além do campo educacional, remetendo a um projeto de sociedade. Diante desse cenário exposto, considero como urgente o crescimento e o

---

<sup>3</sup>Disponível em: [www.escolasempartido.org](http://www.escolasempartido.org)



aprofundamento de pesquisas que visem analisar as relações de forças em torno desse projeto e a compreensão de seu exponencial crescimento, tal como defende a educadora Algebaile:

A recente projeção pública da organização autodenominada Escola sem Partido requer atenção, estudos e discussões que ajudem a avançarmos no reconhecimento analítico do seu caráter, suas funções e seus modos de agir, considerando seus prováveis resultados diretos e indiretos para a compreensão, as lutas e a produção da Educação pública e das demais políticas referidas a direitos, no Brasil. (ALGEBAILLE, 2016, p.63)

Evidenciando as preocupações analíticas descritas acima, relato um caso que me ocorreu no ano de 2021 em minha atuação como professor de sociologia ACT<sup>4</sup>. Na ocasião, eu havia solicitado para estudantes do segundo ano do ensino médio uma redação sobre a relação do racismo com a desigualdade econômica e social no Brasil. Um aluno me entregou uma redação com total fuga do tema, na qual falava coisas desconexas em relação a doutrinação nas escolas por parte de professores petistas, aos perigos que o comunismo impunha ao Brasil e outras bravatas nesse sentido. Além da fuga do tema, o texto entregue pelo aluno não preenchia os pré-requisitos estruturais de uma redação. Na minha correção, apontei esses erros, expliquei o que precisava ser feito para o texto fosse uma redação dentro do tema e dei uma nota 4,0 sobre 10. No dia seguinte, a mãe do estudante foi na escola me tirar satisfação. Aos gritos na secretaria da escola, a mãe perguntava quem eu pensava que era para ter reprovado o filho dela, afirmava que minhas aulas eram ruins, que eu só falava de política e que doutrinava os alunos. As secretárias da escola tiveram que me levar para a secretaria para manter a minha integridade física.

Baseado em todo o exposto acima, entendo que é fundamental pensar epistemologicamente os conflitos discursivos e práticos como uma guerra cultural que busca o controle social para além de seu efeito imediato e jurídico, identificando e observando seus discursos e sua gramática política, suas práticas e estratégias envolvidas e, fundamentalmente, de forma sobreposta, pensar o entorno e as condições que tornaram possível tal relevância do Escola Sem Partido dentro do contexto da ascensão da extrema direita no Brasil ao redor de Jair Bolsonaro.

Dessa forma, divido o meu Trabalho de Conclusão da Licenciatura em três capítulos, no qual apresento no primeiro capítulo o contexto acerca do surgimento

---

<sup>4</sup>Professor substituto do estado de Santa Catarina.

de Jair Bolsonaro como figura nacional, primeiramente como líder de protesto por aumento salarial enquanto capitão na ativa no exército até a sua ascensão enquanto vereador, deputado federal em 7 mandatos e líder do clã Bolsonaro, cuja formação inclui os mandatos incluem seus três filhos, até chegar como presidente e líder da extrema direita brasileira. Neste capítulo, a literatura sobre populismo de extrema direita (LYNCH; CASSIMIRO, 2022), sobre os métodos identificados no bolsonarismo (NOBRE, 2022, 2022; CESARINO, 2021), bem como a reflexão sobre a relação dos impactos das tecnologias da comunicação e informação através da proliferação das redes sociais com o avanço da extrema direita são fundamentais para a compreensão sobre a ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo no Brasil (CESARINO, 2021; MISKOLCI, 2021).

No capítulo 2, relato o contexto sócio-histórico do surgimento do ESP, analiso a evolução deste movimento na agenda política brasileira como um todo, impactando muito além da esfera educacional. Dessa maneira, é imprescindível a abordagem do conceito de gênero (RUBIN, 1985; GROSSI, 1998), bem como a análise do sintagma ideologia de gênero (JUNQUEIRA, 2022; MISKOLCI, 2018). Para compreender o processo pelo qual o campo discursivo do Escola Sem Partido e da ideologia de gênero, incorpora-se na sociedade com relevância e legitimidade a fim da regulação legal e controle social, trago a noção de empreendedores morais (BECKER, 2008) e de pânicos morais (COHEN, 1972; JUNQUEIRA, 2018; MISKOLCI, 2007).

Por fim, no último capítulo, exponho e analiso alguns casos que evidenciam as ameaças reais do ESP à educação pública brasileira, aos/as docentes e a sociedade como um todo. Reflito sobre as decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do ESP, sobre a estratégia retórica do movimento em driblar as decisões, sobre como o ESP gera uma atmosfera de ódio aos professores (PENNA, 2016), bem como saliento a reação por parte de pesquisadores e professores na defesa da educação.

## **2. O SURGIMENTO DE BOLSONARO**

Jair Messias Bolsonaro, ex presidente da República e capitão reformado do exército brasileiro, despontou como figura nacional em 1986, quando escreveu um artigo sem o consentimento de seus superiores hierárquicos que foi publicado na revista *Veja* reivindicando melhores salários para os militares<sup>5</sup>. Por esse acontecimento, o então capitão da ativa foi condenado a 15 dias de prisão por infração disciplinar. Mas o incidente mais impactante de sua curta carreira de militar na ativa aconteceu em 1997, um ano após a publicação da carta para a revista.

Novamente, em 1987, Jair Messias aparece na revista *Veja*, mas desta vez como denunciado. Ele foi acusado de ser o mentor de um plano de colocar bombas em quartéis e instituições militares como forma de desestabilizar o governo José Sarney. Ele chegou a ser condenado, mas foi salvo pelo Superior Tribunal Militar, que o absolveu por considerarem insuficientes as provas para a consequência de sua expulsão.

Em 1988, aproveitando-se da projeção que teve nestes dois casos narrados, Bolsonaro se elegeu vereador na cidade do Rio de Janeiro e foi alçado de capitão da ativa para capitão da reserva do exército brasileiro. Já na sua primeira candidatura, Jair demonstrava ser um político atípico, afeito a métodos nada tradicionais para chamar a atenção de sua base eleitoral. O podcast 'retrato narrado' (2020), uma série da revista *Piauí* destinada a remontar e aprofundar a história de Bolsonaro e sua ascensão política, ouviu Waldir Ferraz, amigo e um de seus primeiros cabos eleitorais de Bolsonaro em sua candidatura a vereador. Waldir, que à época da publicação do podcast ainda mantinha relação com Bolsonaro, relata que uma de suas funções era distribuir santinhos do candidato nos quartéis cariocas através de uma técnica um pouco inusitada: utilizava-se de pipas para jogar a propaganda eleitoral por cima dos muros. Jair se elegeu para vereador especialmente com o voto de militares de baixa patente e de seus familiares.

O vereador ficaria pouco tempo em seu cargo. Dois anos depois, elegia-se Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro com 17.647 votos eleitorais. Seria a primeira das suas sete eleições consecutivas a Deputado Federal, tendo passado em sua carreira parlamentar por sete partidos: PPR (1993–95), PPB (1995–2003), PTB (2003–2005), PFL (2005), PP (2005–2016), PSC (2016–2017). Já na sua segunda eleição como deputado, após uma primeira atuação com ênfase na defesa

---

<sup>5</sup><https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/reveja-jair-bolsonaro-explosivo-desde-1986>

do aumento salarial dos militares, na defesa do fechamento temporário do Congresso e na volta do estado de exceção, bem como na defenestração dos povos indígenas - elemento importante da destinação de seu ódio como aglutinador de sua base eleitoral – Bolsonaro se reelegeu com 135 mil votos.

A sua longa carreira de parlamentar foi pautada por declarações polêmicas, provocações geralmente destilando mensagens de morte e de ódio racista, misógino e homofóbico, pouco apego partidário e baixíssima eficiência parlamentar: de 170 projetos, só obteve êxito na aprovação em 2 projetos. Nesse contexto, é importante salientar que a mídia constantemente cedia espaço para que o então deputado reforçasse e ampliasse suas falácias cheias de ódio, como na entrevista concedida em 1999 para o programa Câmara Aberta, da TV Bandeirantes, na qual declarou que a ditadura brasileira deveria ter feito como a ditadura chilena e ter matado 30 mil pessoas, a começar pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Jair Messias nunca foi penalizado por nenhuma declaração sua. E foi com essa ampla cobertura midiática que em uma primeira análise, à época, parecia reverberar apenas em sua base mais radical, e com esse sentimento real de impunidade e inconsequência pelas suas falas e atitudes, que Jair Messias Bolsonaro construiu sua persona de antissistema, que fala o que pensa, que defende a ordem e a família brasileira, uma persona encarada muito tempo como folclórica, inofensiva.

Foi justamente a sua personalidade polêmica, amplificada nas participações em programas televisivos, muitos deles de vertente de entretenimento sensacionalista, que o catapultou para candidato presidencial em 2018. Baseada em características que até então em qualquer outro momento da história política brasileira poderia ser entendida como postura divisora, desagregadora de votos e isolacionista, a personalidade de Bolsonaro foi seu grande trunfo como aglutinador das novas direitas, do reacionarismo e radicalismo político e do neoconservadorismo religioso.

## **2.1 A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO**

Enquanto uma parte significativa da esquerda encarava Jair Bolsonaro como uma figura folclórica, cuja principal preocupação que suscitava era com o reforço social dos preconceitos já tão fortes no Brasil e que ganhavam eco nas frases de ódio exaustivamente repetidas pelo então deputado federal, Bolsonaro, através da

gestão de suas redes pelo seu filho Carlos Bolsonaro, ia se tornando uma persona cada vez mais influente e presente nas redes sociais e nos programas de televisão, sobretudo os sensacionalistas, fazendo parte de forma recorrente do cotidiano brasileiro.

Sem compreender o real perigo que Jair Bolsonaro, e conseqüentemente o bolsonarismo<sup>6</sup>, representava para o Brasil, muitos influenciadores, atores sociais importantes do campo progressista, e usuários comuns de redes sociais amplificaram os discursos do então deputado ao rivalizarem visões de mundo e reforçarem uma ideia de si em uma dinâmica que fortalece a formação de bolhas, o acirramento das diferenças e o constante combate no contínuo online-offline, terreno no qual a extrema direita claramente demonstrou ampla vantagem nestes últimos anos (MISKOLCI, 2021). Nesse sentido, é inegável que a maneira com que a arquitetura da internet num geral e das redes sociais são estruturadas, sobretudo o Youtube e o Whatsapp, ajudaram na constituição, ampliação e fortalecimento da extrema-direita no Brasil (CESARINO, 2019; MISKOLCI, 2021) e vale a pena nos debruçarmos sobre a relevância desse tópico.

Concomitante a isso, muitos/as enxergaram em Bolsonaro uma pessoa tão radical, deslocada, desequilibrada e louca que jamais imaginariam que o bolsonarismo se tornaria uma das principais forças políticas no Brasil, culminando com a chegada de Bolsonaro à presidência em 2018 e da tremenda força conquistada no congresso que se mantém e parece não se arrefecer. Enquanto muitos/as enxergavam-no como louco, burro, bizarro, irracional, sem sentido etc., Jair se fortalecia com sua estratégia retórica – mas não só – de guerra, na qual, inquestionavelmente, contém muito cálculo e racionalidade e demonstra uma enorme efetividade em se comunicar diretamente com diversas camadas do eleitorado brasileiro de maneira simultânea (NOBRE, 2020). De acordo com o diretor do Centro Brasileiro de Análise e planejamento (CEBRAP), o filósofo e cientista político Marcos Nobre:

---

<sup>6</sup> O cientista político Marcos Nobre (2022) define o bolsonarismo como uma nova forma de fazer política das novas direitas, ancorada no seguinte tripé: o que ele denomina de partido das forças armadas, cuja predileção autoritária da população enxerga nas forças armadas a referência de autoridade máxima e de respeito; O eleitorado alimentado pelos discursos religiosos conservadores, representados especialmente pelas religiões evangélicas neopentecostais; E, por fim, o partido digital, cuja digitalização da política altera o funcionamento tradicional dos partidos como únicos capazes de mobilizar e organizar a política brasileira, abrindo, assim, espaço para outsiders que 'hackeiam' o sistema político

a frequência com que Bolsonaro é chamado de burro, de louco, ou das duas coisas, mostra o quanto ele conseguiu impor uma maneira de pensar, o quanto conseguiu alcançar uma verdadeira demissão da inteligência – e ele é que é burro. Bolsonaro conseguiu essa hegemonia no debate não porque ganhou a eleição, simplesmente. Conseguiu porque passamos a aceitar o debate e pensar nos termos dele. (NOBRE, 2020, p.10)

Grande parte do campo progressista e da mídia tradicional fez um diagnóstico que considero maniqueísta acerca dos votos em Bolsonaro. Não compreendeu o processo de afastamento do eleitorado na esquerda e considerou errada e previamente que a força de Bolsonaro se centraria apenas em sua base ideológica mais radical, fascista e na elite econômica, muito bem representada na figura do banqueiro multimilionário e ex ministro da fazenda na gestão de Bolsonaro (2019 - 2022), Paulo Guedes, exaustivamente chamado pelo ex-presidente como seu posto Ipiranga, em uma alusão a propaganda dos postos de gasolina de mesmo nome que davam a entender que todas as soluções para os problemas das pessoas seriam resolvidos pela empresa das redes de postos.

Portanto, a grande maioria dos jovens, pobres, mulheres e outras minorias sociais jamais votariam significativamente em uma candidatura que aparentemente demonstrasse o paradoxo. Grande engano. Pinheiro-Machado e Scalco (2018), apontam, através de uma profunda etnografia longitudinal acompanhando jovens da periferia de Porto Alegre, que os sentimentos de frustração, de medo, de desamparo e de incertezas em tempos de crises fortalecidas pelo neoliberalismo foram fundamentais para a adesão dos votos e envolvimento cultural e político dos/as jovens com Bolsonaro e/ou o bolsonarismo, evidenciando, assim, as fragilidades das políticas de inclusão pela via do consumo, uma das marcas do segundo governo do Lula. Isso demonstra também como a esquerda, representada no Brasil institucionalmente de maneira hegemônica pelo Partido dos Trabalhadores, parou de oferecer um horizonte emancipador para a juventude, enquanto a extrema direita invariavelmente se configurou como o campo que passou a aglutinar as demandas de rebeldia, de mudança e transformação ( STEFANONI, 2018).

Do começo de 2014, ano em que Bolsonaro ainda era integrante do Partido Progressista (PP) e quando começou a ventilar o desejo de se lançar a candidato da presidência da República, até o ano da sua eleição que o coroou presidente, em 2018, Jair Messias teve um crescimento vertiginoso de popularidade que surpreendeu a maioria dos analistas de política. Partindo da sua fiel base eleitoral,

que inicialmente abrangia as baixas patentes das Forças Armadas, mas que com o tempo passou a representar o que o cientista político Marcos Nobre (2020) denominou de Partido das Forças Armadas, ou seja, um corporativismo político à serviço dos interesses do exército, da marinha e da aeronáutica e da suas respectivas integrações e atuações institucionais na política brasileira, Bolsonaro agregou à sua base eleitoral duas outras forças políticas proeminentes e fundamentais da última década e que ajudam a explicar a força do caráter antissistêmico de sua candidatura: o neoconservadorismo religioso e a lava jato.

### ***Aumentando sua base eleitoral***

A partir do ano de 2013, o/a brasileiro/a se habituou com a crise política e institucional presente no seu cotidiano. Primeiramente, com as manifestações de junho de 2013, deflagradas inicialmente na cidade de São Paulo pelo Movimento Passe Livre<sup>7</sup>, que tinha como mote do protesto o aumento de vinte centavos da tarifa de ônibus, e que logo se espalharam pelo Brasil inteiro e passaram a ter diversas pautas e novas organizações políticas disputando o protagonismo; logo depois veio a operação lava jato, cujo impacto abalou as estruturas políticas, judiciais e sociais do país ao dismantelar um enorme esquema de corrupção envolvendo boa parte do *mainstream* político e empresarial do Brasil; depois, reforçando a atmosfera de crise e de insatisfação, houve uma intensa explosão de protestos de diversos espectros políticos nos anos que se sucederam: protestos contra a copa do mundo e contra as olimpíadas, protestos da periferia e do povo negro, protestos pelo impeachment da presidente Dilma Roussef, protesto pelo 'Ele não' - contra a candidatura de Bolsonaro -, greve geral dos caminhoneiros etc.

Esses eventos abalaram a normalidade brasileira e marcaram uma nova era dos conflitos políticos e sociais. Todos eles chamam a atenção para o fato de que houve uma irrupção popular na qual se extinguiu – ou ao menos enfraqueceu consideravelmente – o elo da mediação. A nova ordem do Brasil passou a ser a da incerteza e do caos. Entretanto, diferentemente de como apontam muitos analistas, as jornadas de 2013 não surgiram do nada e nem foram a causadora de todo o caos que se sucedeu. Conforme aponta o pesquisador e crítico literário Idelber Avelar (2021), as jornadas de junho deflagraram a implosão do pacto da política de

---

<sup>7</sup>Movimento social brasileiro que tem como bandeira principal a tarifa zero para transporte público.

conciliação que dominou o jeito de fazer política na república pós ditadura. Na mesma linha, os cientistas políticos Lynch e Cassemiro (2022, p.36) afirmam que “as jornadas cristalizaram uma percepção difusa de ilegitimidade do sistema político que datava de pelo menos uma década”. Mais do que causa, elas foram sintomas de um enredo que precisa ser esmiuçado para a compreensão do processo que engendra as condições do surgimento do populismo reacionário.

O contexto caótico de inseguranças e de incertezas que predominou no Brasil a partir de 2013 foi amplamente aproveitado e fomentado como método pelo bolsonarismo e foi fundamental para o apelo populista de Jair Messias Bolsonaro. As jornadas de junho e a lava jato desencadearam um processo de desconfiança e revolta permanente com a maneira como funcionava o sistema político e judiciário. A crise não foi passageira e tampouco foi absorvida pelo sistema. Ela teve um caráter de ruptura, de uma mudança de paradigmas sem volta. A antropóloga Letícia Cesarino (2019) demonstra como a suspeição da democracia e dos paradigmas que sustentam um sistema de peritos por parte das novas direitas retroalimentam a busca por ordem, segurança e verdade, elementos estes que funcionam como pré-requisitos para o surgimento do populismo.

Nesse sentido, o populista é aquele que se apresenta como o representante do povo capaz de compreender e canalizar suas revoltas e seus anseios como nenhuma outra pessoa, sobretudo através da binaridade povo contra a elite, a larga associação ao politicamente incorreto e a manutenção do risco constante (LYNCH; CASSIMIRO, 2022). Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro, em seu livro ‘O Populismo Reacionário (2022) apresentam uma genealogia sobre o conceito do populismo a partir das suas diversas clivagens ideológicas e salientam a importância de diferenciar o populismo reacionário do populismo conservador. Os autores pontuam que o populismo conservador atua dentro dos limites democráticos e na preservação das instituições responsáveis pelo funcionamento da democracia, ao passo que o populismo reacionário visa a ruptura, a interrupção da democracia através do enfraquecimento, esvaziamento ou destruição de suas instituições.

Portanto, o populismo reacionário característico do bolsonarismo não visa a transposição da crise, mas depende permanentemente da conjuntura do caos, necessita sempre da suspeição do funcionamento normal das instituições e do clima de guerra, pois só assim se cristaliza a dinâmica do ‘eles contra nós’, na qual ‘eles’ se caracterizam como impuros, sujos, e o nós, representados na figura do líder,



àqueles autênticos brasileiros capazes de purificar, de cortar o mal pela raiz, tal qual a dinâmica interpretativa proposta por Mary Douglas (2010) em seu livro *Pureza e perigo*.

É essa percepção acerca do método bolsonarista que explica porque Bolsonaro seguiu agindo da mesma maneira depois de eleito presidente em 2018, ou seja, seguiu como se estivesse em constante campanha eleitoral, e não como alguém eleito que tivesse responsabilidade e obrigação de governar para todos/as. O bolsonarismo agravou o colapso institucional percebido no Brasil desde 2013, no qual todos/as que representam as instituições são entendidos/as como pertencentes ao sistema corrompido. Por isso, mesmo após eleito, Bolsonaro abdicou de governar para todos/as, refugiando-se em sua base eleitoral mais radical.

É a compreensão do caos como método bolsonarista a razão pela qual o governo de Bolsonaro agiu como agiu em plena a maior crise sanitária dos últimos séculos, a covid-19. Quando quase todos/as governantes do mundo se empenharam em apresentar alguma resposta à crise, na tentativa de frear a contaminação e as mortes em massa, Bolsonaro optou por agravar o colapso das instituições e, seguindo a lógica de um outsider, contrariou todas as determinações sanitárias de órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e das Organizações das Nações Unidas (ONU), conforme o próprio ex-presidente afirmou em um evento público em São Paulo de forma orgulhosa e enfática: “Enfrentamos uma pandemia. Sim, eu fui o único chefe de Estado do mundo a defender o contrário do que o mundo e governadores assim decidiram” (BOLSONARO, 2022). Na mesma ocasião, Bolsonaro aproveitou pra reforçar seu argumento de que estava sendo imobilizado e impedido de governar pelo STF por causa de perseguição política, reforçando, assim, o STF e instituições como a ANVISA como inimigas do bolsonarismo.

Atitudes do governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia<sup>8</sup>, que poderiam ser entendidas como ilógicas – uma vez que contrariavam a ciência e o bom senso, assim como contrariava frontalmente a ampla e reconhecida tradição do Brasil no cumprimento das metas vacinais - e supostamente o fariam perder muitos votos, acabavam por reforçar e agregar votos à sua base mais radical. Esse duplo movimento – do reforço do antagonismo externo associado ao reforço do

---

<sup>8</sup>Pandemia de COVID-19 que se espalhou pelo mundo em 2020 e vitimou milhões de pessoas ao redor do mundo todo – só no Brasil foram 700 mil mortes.

pertencimento interno - tem sido a configuração do populismo radical instaurado pelo bolsonarismo (CESARINO, 2020).

Cabe ressaltar que a afirmação acerca do colapso das instituições não significa que elas deixaram de existir ou que ficaram completamente imobilizadas. Uma das operações do método bolsonarista para fortalecer o colapso institucional é ressignificar o papel ou o sentido determinado de uma instituição, tal qual Bolsonaro fez em sua gestão com as pastas do ministério do meio ambiente, com a fundação Zumbi dos Palmares e com o ministério da saúde, para ficar só em alguns exemplos. Ambas as gestões subverteram as finalidades das suas pastas, com um ministro do meio ambiente que era avesso aos órgãos de fiscalizações contra a destruição da natureza e era um representante declarado do agronegócio; um secretário que estava à frente de uma pasta que deveria defender os interesses políticos da população negra contra as desigualdades raciais, mas que negava enfaticamente o racismo no Brasil e se opunha frontalmente aos movimentos sociais negros; e, por fim, um militar da ativa sem experiência na área da saúde que afirmava categoricamente que estava como ministro apenas para cumprir ordens, o que implicava contrariar todas as normas estabelecidas no enfrentamento à pandemia. Sobre esse tópico, Marcos Nobre afirma que:

Desde 2013, as instituições funcionam de maneira disfuncional. Funcionam sobre permanente suspeita, encontram na sociedade apenas desconfiança e rejeição. Foram identificadas a tudo de ruim que se passa no país, são as fontes de todas as maldades cotidianas. Os nomes podem variar, mas são sempre nomes do sistema. (NOBRE, 2020, p.20)

O estigma de outsider, de alguém de fora do establishment político, é reforçado em consonância com o estabelecimento do antipetismo como uma das principais forças políticas da última década. A força do sentimento antipetista foi impulsionada por uma massiva campanha da Operação Lava-jato na mídia e foi muito bem utilizada e reforçada pelo bolsonarismo, que se colocava como força tensionadora antissistêmica. A maneira como os juízes e procuradores conduziram a lava jato não deixa dúvida de que suas espetaculosas operações anti-corrupções, disfarçadas de neutralidade, foram bastante ideologizadas. A Vaza-jato<sup>9</sup> demonstrou

---

<sup>9</sup>Série de reportagens veiculadas pelo site jornalístico Intercept através de materiais comprometedores que demonstravam como a lava jato foi tendenciosa e parcial. O Material foi conseguido pelo hacker Walter Delgatti Neto, que atualmente se encontra condenado e preso. Em 2023 o Supremo Tribunal Federal, pelo voto do ministro Dias Toffoli, considerou todas as ações da lava jato improcedentes.

com grande volume de provas substanciais que a operação lava jato foi extremamente politizada, na qual escolhia e perseguia seus alvos e poupava outros, como provam as trocas de mensagens reveladas do aplicativo Telegram dos procuradores e juízes coordenadores da operação. Em uma delas, o então juiz e atual senador da República pelo estado do Paraná, Sérgio Moro ,coordenador principal da operação e catapultado a quase celebridade, levando em consideração a sua popularidade e a quantidade de vezes que seu rosto aparecia nos noticiários brasileiros, questiona o seu parceiro e então procurador e ex deputado federal Dallagnol sobre as suspeitas que encontraram em relação ao ex presidente Fernando Henrique Cardoso e avisa de forma taxativa que não era sua intenção “melindrar alguém cujo apoio é importante”. Essa e tantas outras evidências incriminadoras foram responsáveis por fazer Sérgio Moro ser considerado suspeito e parcial para julgar Luiz Inácio da Silva por sete votos a quatro pelo Supremo Tribunal Federal, decisão esta que acarretou a soltura do atual presidente em novembro de 2019. Nesse sentido, se a lava jato auxiliou no enfraquecimento do PT e no afastamento de Lula na eleição de 2018 mediante suas decisões parciais e suas aparições espetacularizadas na mídia, foi a vaza jato que desqualificou a lava jato e possibilitou a volta de Lula para a disputa eleitoral sem a pecha de criminoso condenado, mas como vítima de uma perseguição orquestrada.

É inegável que a lava jato tenha auxiliado na construção do imaginário antipetista e o tenha fortalecido, porém é necessário pontuar que não considero que exista uma relação causal da lava jato com o sentimento de antipetismo no Brasil, cujo seu auge se deu entre os anos de 2016 e 2018, intervalo de tempo em que ocorreram no Brasil o impeachment da Presidente Dilma Roussef, a prisão de Lula e a derrota de Fernando Haddad para Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais.

Baseado no exposto, considerá-lo como causa até poderia ser uma simplificação muito conveniente, contudo, seria incapaz de explicar a real rejeição ao PT por uma parcela bem grande do eleitorado brasileiro que, ao que tudo indica, está bem consolidada. Tal análise também esconderia as diversas críticas a atuação do PT enquanto situação e, portanto, agente da história. Esconderia, além da dialética das diversas variáveis envolvidas na construção do antipetismo em consonância com o crescimento do bolsonarismo, o que as eleições de 2018 e de 2022 evidenciaram: a crise foi sistêmica, a rejeição da população aos partidos

tradicionais foi acachapante e geral e o bolsonarismo demonstrou dominar muito bem a capacidade de minar constantemente tudo e todos que estivessem associados de alguma maneira a uma lógica sistêmica.

Se a Lava Jato e o bolsonarismo fortaleceram o sentimento antissistêmico no Brasil, o contexto transnacional de crescimento de forças da extrema direita representado pela ascensão de movimentos e políticos antissistêmicos impactou nosso contexto político. Uma série de golpes e presidentes depostos em diversos lugares do mundo, o fortalecimento do neoliberalismo, o agravamento da crise climática, capitalista e das desigualdades sociais gerou sentimentos de insatisfação e incredulidade no sistema e nos políticos. Isso tudo possibilitou o surgimento e a eleição de políticos que funcionam através de uma lógica anti-política, na qual critica os mecanismos democráticos e os processos de diálogos e negociações políticas tradicionais, e que em outros tempos históricos possivelmente seriam invalidados pelo próprio sistema político, como é o caso da eleição Trump nos Estados Unidos (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

Assim como no contexto transnacional, outro fator fundamental que auxiliou no estabelecimento da força lavajatista e seu caráter antissistêmico, e por conseguinte antipetista, e também na força do bolsonarismo no eleitorado brasileiro, reside no peso que as novas tecnologias da informação assumiram em nossa sociabilidade nessa última década. Segundo Letícia Cesarino (2019):

a liderança carismática ascende, supostamente a partir de fora do establishment, como aquele que reivindica a pureza necessária para reintroduzir a ordem em um sistema irreversivelmente corrompido. Não resta muita dúvida de que os anos que precederam as eleições de 2018, desde as Jornadas de 2013, passando pela ascensão da Lava Jato e o movimento anti-corrupção e pró-impeachment, conformam um contexto desse tipo – ainda que, como sugeri anteriormente, tenha havido também a produção de uma atmosfera de caos (principalmente moral) por mídias diversas, notadamente o próprio WhatsApp. (CESARINO, 2019, p.574)

A retórica bolsonarista de guerra, de limitar o opositor e adversário político à figura de inimigo, de reduzir todas as complexidades da vida social e política à limitadas visões moralistas, casou perfeitamente com o antipetismo. Segundo o discurso da extrema direita, o petismo englobaria tudo aquilo que representasse a gramática dos direitos humanos, dos movimentos sociais, e também, curiosamente, do *status-quo* dentro de um sistema político. Essa operação retórica, ao mesmo tempo que identificou o Partido dos Trabalhadores – e diversas bandeiras e

gramáticas pertencentes a um campo político ou a conquistas civilizacionais muito mais amplas, como a citada luta pelos direitos humanos – a um *establishment* político responsável pelas atuais crises econômicas, sociais e morais, reforçou a figura antissistêmica de Jair Messias como o único capaz de lidar com essas crises e colocar ordem através do enfrentamento e aniquilamento de tudo que representasse o sistema, a começar pela democracia.

A utilização das tecnologias de informações foi crucial para o sucesso da retórica bolsonarista em arregimentar sua ampla base social. Além daqueles 15%<sup>10</sup>, que são considerados como o núcleo duro do bolsonarismo, ou seja, aquela parcela do eleitorado associada a ultra direita que se identifica de maneira orgânica com os discursos mais reacionários e radicais, negacionistas e violentos, o bolsonarismo soube aproveitar muito bem a dinâmica comunicacional da internet e das redes sociais e, assim, conseguiu inflar e ampliar a sua base constituída inicialmente sobretudo pelo militarismo, pelo lavajatismo e pelo olavismo<sup>11</sup>.

O conservadorismo religioso foi uma pauta muito importante para o bolsonarismo, de modo que Jair Bolsonaro passou a ser um candidato representante deste campo. Porém, nem sempre o ex presidente se utilizou do expediente religioso em seus discursos como modo de reforçar sua base social. Sempre se utilizou, isso sim, de discursos de teores moralistas, misóginos e homofóbicos, em defesa da família brasileira, discursos que acabavam por tangenciar a moral religiosa, em especial a católica e as evangélicas. Todavia, até 2010, não havia levantado a bandeira religiosa como elemento imprescindível em sua retórica, apesar de sempre ter se declarado católico, e nem tinha em sua base de eleitorado uma parcela religiosa entendida como eleitores orgânicos. Seus discursos em defesa da morte e do armamento dificultavam a adesão natural da ampla parcela religiosa do Brasil.

Entretanto, com o acirramento da polarização social brasileira, sobretudo após a aprovação de algumas leis que vão no sentido da defesa e/ou

---

<sup>10</sup>Pesquisa realizada pelo Instituto da Democracia em julho de 2022. A pesquisa considerou como núcleo duro do bolsonarismo o cruzamento de diversas perguntas sobre a democracia, golpe militar, manutenção do STF etc. A pesquisa, sob registro BR-08051/2022 no TSE, foi realizada com 2.538 entrevistas presenciais em 201 cidades em todo o país. A margem de erro é de 1,9 ponto percentual, e o índice de confiança é de 95%

<sup>11</sup>Movimento formado por seguidores das ideias e teorias difundidas por Olavo de Carvalho em livros, palestras, artigos escritos para jornais e cursos que ele vendia online. Olavo teve grande influência na retórica bolsonarista anticomunista, conspiracionista e negacionista, sendo considerado mentor intelectual dos filhos de Bolsonaro e tendo uma parcela de ministros ocupada da primeira formação ministerial do governo Bolsonaro, como o ex ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, e o ex ministro da educação, Ricardo Vélez.

reconhecimento de pautas dos movimentos feminista e LGBTQIAP+<sup>12</sup>, como a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, e a aprovação do aborto em casos de feto anencéfalo, também aprovada pelo STF, no ano de 2012, o neoconservadorismo religioso passou a ser fundamental na plataforma de Jair Bolsonaro (ALMEIDA, 2019; MIGUEL, 2018), culminando, como demonstração simbólica amplamente explorada por Bolsonaro, na sua conversão para o evangelicismo em 2016 através de um batismo realizado nas águas do rio Jordão, em Israel, pelo pastor Everaldo, importante membro da Assembleia de Deus e, à época, presidente do PSC (Partido Social Cristão), partido que Bolsonaro integrou em 2016 e permaneceu por apenas um ano, reforçando seus laços institucionais com o evangelicismo. Apesar de ter se batizado pela igreja evangélica, Bolsonaro nunca negou seu batismo católico, demonstrando, assim, o valor da performance religiosa presente em sua estratégia política. Mantendo-se como uma espécie híbrida religiosa, as eleições de 2022 evidenciaram mais ainda seus laços com o evangelicismo, sobretudo através do espaço cedido em sua campanha para a primeira-dama, Michele Bolsonaro, e na repetição do slogan ‘Deus, pátria e família’.

Além das já citadas mudanças legislativas e comportamentais que impactaram e fortaleceram a base conservadora religiosa e a engajaram nessa disputa política, houve a proeminência dos discursos acadêmicos e ativistas identitaristas nas redes sociais e na esfera pública, o que ajudou a aumentar significativamente a polarização a partir da década de 2010. Importante salientar que essa disputa não contou só com o conservadorismo religioso, mas que seu engajamento foi fundamental e protagonista. Esse tópico será esmiuçado no próximo capítulo, em uma análise da cruzada antigênero e seus diversos atores sociais presentes no movimento Escola Sem Partido.

Bolsonaro cresceu no vácuo da polarização política e social. Sua aparição em 2011, no extinto programa CQC da TV bandeirantes, - em que declarou que seu “filho não seria gay porque teve boa educação” (BOLSONARO, 2011) e, ao ser questionado pela cantora Preta Gil como reagiria se seu filho namorasse uma mulher negra, disse que “eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem educados e não viveram

---

<sup>12</sup>LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/, Intersexo, Assexuais, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.

em um ambiente como, lamentavelmente, é o seu” (BOLSONARO, 2011) – foi a aparição que catapultou Bolsonaro como a principal voz antagonista aos movimentos identitários no Brasil. A partir daí, a presença do então deputado federal em programas de televisão para expressar suas ideias sexistas, lgbtfóbicas e racistas em entrevistas ou debates se tornaram cada vez mais frequentes.

A extrema direita, parcela até então pequena, minoritária e com discursos que não extrapolavam muito os seus nichos, passou a disputar a hegemonia da esfera pública brasileira e Jair Bolsonaro passou a ser a sua principal voz. O conceito de esfera pública, definido pelo filósofo alemão Jürgen Habermas (1984), é fundamental para a sua compreensão ideal da democracia e se refere ao espaço destinado para discussões e opiniões políticas dos cidadãos fundamentadas na razão, com inteira predominância do domínio público suplantando os interesses privados. Na concepção de Habermas, a esfera pública, além da percepção crítica e racional, fator constituinte desta esfera, passa a ser disputada também por uma visão manipulativa da indústria cultural, que, sobretudo através do advento do rádio e da televisão, incorpora ao debate sua concepção privada sobre os interesses públicos.

Richard Miskolci (2021) atualiza o conceito de Habermas e argumenta que a disputa pela hegemonia na esfera técnico-midiatizada, o que, na sua conceituação, configuraria a esfera pública contemporânea, tem um peso muito grande das políticas das diferenças “moldadas por lógicas de visibilidades e reconhecimento midiáticas assentadas em identidades.” (MISKOLCI, 2021, p.32). Miskolci enfatiza o fator técnico-comunicacional na esfera pública a partir da influência exercida pelos algoritmos das redes sociais e da internet, bem como pela maneira como o fator cultural mercadológico das empresas do Vale do Silício<sup>13</sup> estão moldando as relações sociais. As redes sociais, dispositivo central da esfera técnico-midiatizada, propiciou a individualização das lutas coletivas a partir da negação das mediações em prol da ação individual mediante o processo de identificação. Sobre a definição da esfera técnico-midiatizada em relação com os processos de identificação, o sociólogo Richard Miskolci aponta que:

Em suma, os elementos técnico-comunicacionais e as origens culturais das plataformas de rede social induzem à construção de perfis que se

---

<sup>13</sup>Região da Califórnia, nos Estados Unidos da América, onde estão situadas as maiores empresas de tecnologia.

confundem com identidades, assim como transformam seus usuários em competidores em um mercado pela atenção e pelo reconhecimento midiático. Daí evidencia-se a possibilidade de chamar essa nova esfera pública não apenas de automatizada [...] mas também de técnico-midiatizada, de maneira a sublinhar tanto seu caráter tecnológico quanto sua ênfase em uma cultura da popularidade midiática, portanto, baseada em um regime de visibilidade individualizante e competitivo. (MISKOLCI, 2021, p.43).

Nesse sentido, a lógica neoliberal imanente da esfera técnico-midiatizada – caracterizada pela unificação dos perfis em torno de uma identidade marcada pela identificação individual afeita a falta de mediações, e pela constante busca pela atenção sobre si e pela monetização dos perfis e identidades – acaba por englobar os movimentos identitaristas<sup>14</sup>, “induzindo-os a aderir a formas mercadológicas de subjetivar e agir, as quais envolvem o engajamento na competição por atenção, reconhecimento midiático e condição de protagonismo” (MISKOLCI, 2021, p.47). Dessa forma, o aparato teórico e conceitual utilizado pela academia para analisar as relações de gênero, sexualidades e de raça e que são construídos e legitimados a partir de métodos próprios e do amplo escrutínio de seus pares e, assim, impactar nas transformações estrutural e política, acabou, através do arquétipo da internet, por se transformar em reforços individuais de identidades através da monetização e empreendedorismo de si, bem como serviu como categorias de acusações individuais e de controle. Portanto, em hipótese alguma se trata de questionar os avanços civilizacionais em relação ao reconhecimento e conquistas de direitos das minorias sociais, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a lei de cotas raciais e sociais, e a criminalização do racismo e das violências homofóbicas e de gênero, mas de pensar criticamente a maneira como essas pautas estão sendo apropriadas e incorporadas pelo neoliberalismo, sobretudo através da interferência da dinâmica comunicacional da internet.

A concepção acerca do neoliberalismo utilizada aqui extrapola o campo econômico, abarcando também a fabricação da vida social, do imaginário e das suas subjetividades (DARDOT E LAVAL, 2016). Dessa forma, Safatle (2015) argumenta que a maneira como a luta identitária se fortaleceu e se espalhou via internet, na falta de um projeto transformador em relação a sociedade capitalista, acaba por cair em uma lógica neoliberal ao hipertrofiar a lógica individual e moral sobre as questões políticas, bem como pela luta por posses predicativas.

---

<sup>14</sup> São movimentos constituídos pela luta pelos direitos e reconhecimento às suas identidades, tais como o movimento negro, movimento feminista e o movimento LGBTQIAP+.



Cabe esclarecer que a polarização percebida não se dá de maneira simétrica, ou seja, não se trata de afirmar que existem duas forças extremas que se equivalem, mas tão somente afirmar que a extrema direita soube polarizar, enfrentar e tensionar os valores morais e políticos em disputas na hegemonia da esfera pública. É na arquitetura das redes sociais que a polarização política e social no Brasil cresceu de maneira abrupta e vertiginosa. Como já afirmado anteriormente, os aspectos técnicos das redes sociais foram muito importantes para a ampliação e o estabelecimento da extrema direita. Casos como o da *Cambridge Analytica*<sup>15</sup>, criação de perfis falsos espalhando *fake news* e agregando à economia de compartilhamentos e curtidas, bem como a manipulação dos algoritmos na distribuição e acesso às notícias pelos/as seus usuários, evidenciam as possibilidades das redes sociais de influenciarem não somente na dinâmica das eleições, mas também na dinâmica social do dia-a-dia do/a brasileiro/a.

Nesta polarizada disputa no terreno da internet, a extrema direita soube utilizar, muitas vezes e de maneira muito eficiente, a mesma retórica por reconhecimento associada ao campo progressista, evidenciando em alguns casos a fragilidade estratégica da retórica identitarista. Conforme relatam em sua pesquisa, Sena e Ribeiro Gusman (2019) analisam situações em que o bolsonarismo se apropriou e subverteu termos e sentidos das lutas identitárias e soube mobilizar um amplo engajamento de seus seguidores no enquadramento do campo progressista. Os pesquisadores analisam uma situação em que aconteceu uma inversão de sentido e de, frequentemente acusados de serem racistas e machistas, os bolsonaristas passaram, a partir dessa operação retórica e na concepção bolsonarista, a serem vítimas de tais acusações e a esquerda seus algozes. O caso relatado é de quando o cantor Marcelo D2 chamou o deputado federal Hélio Negão de “negão do Bolsonaro”, em uma alusão à maneira como Bolsonaro utilizava a figura do deputado para se blindar da acusação de racista, já que estava sempre com um negro. A declaração do cantor foi muito utilizada, sobretudo pelo MBL (Movimento Brasil Livre)<sup>16</sup> e teve milhares de compartilhamentos e, por um momento, o bolsonarismo pautou o debate sobre o racismo. Acrescento a esse exemplo as falas do vereador da cidade de São Paulo, o ex-integrante do MBL Fernando Holiday, em que utiliza as suas identidades de homem negro e

<sup>15</sup>Venda de dados pessoais baseados em perfis psicológicos dos usuários da rede social Facebook para uso político em eleições.

<sup>16</sup>Movimento político conservador que surgiu na esteira das manifestações de 2013.

homossexual como forma de legitimizar seus discursos racistas, homofóbicos e contra as cotas raciais causando um inconveniente na teoria do Lugar de fala, que preconiza a utilização das experiências individuais em relação com alguns marcadores sociais.

As redes sociais escancararam conflitos como os narrados acima, expondo a estratégia punitivista e controladora deflagrada entre os campos políticos. A maneira com que as redes sociais foram arquitetadas fortalecem o individualismo neoliberal e enfraquecem o debate público (MISKOLCI, 2021). Tanto o exemplo da acusação de racista sobre Marcelo D2, quanto a maneira acerca da utilização da argumentação identitarista por Fernando Holiday, demonstram a problemática da apropriação do discurso acadêmico na seara das redes sociais, bem como demonstra que estratégias de vigilância, de controle e de punição retroalimentam os dois campos nas redes sociais, tanto o progressista como o da extrema direita e vão de encontro a “estratégia de educar, praticar o convencimento e criar alianças” (MISKOLCI, 2021, p. 98) O cientista político Luís Felipe Miguel (2018) salienta que o neoliberalismo, em prol da manutenção de sua dominação, apropria-se de elementos que aparentemente podem representar sua oposição, sua negação, e incorpora em suas estratégias retóricas. É dessa maneira que a extrema direita soube estabelecer uma hegemonia no domínio da internet. Portanto, para pensar o estabelecimento do bolsonarismo na realidade social e política brasileira, faz-se mister refletir sobre a maneira que se dá a dinâmica comunicacional entre a extrema direita e o campo progressista através das tecnologias de comunicação. No próximo capítulo, a reflexão sobre os usos das redes sociais vai continuar presente na compreensão do surgimento e crescimento do Escola Sem Partido.

## CAPÍTULO 2 – ESCOLA SEM PARTIDO

O Escola Sem Partido, criado por Miguel Nagib, procurador aposentado em 2019 pelo estado de São Paulo, é um movimento que surgiu em 2004 com o intuito de combater a doutrinação política e ideológica dos alunos por parte dos professores. O movimento afirma que seria frequente o cerceamento a liberdade dos alunos através de uma imposição ideológica da esquerda na educação brasileira e nas salas de aulas do país. Em suas propostas, estão a instrumentalização de aparatos que sirvam de controle para alunos denunciarem professores que estivessem doutrinando os/as alunos/as, bem como sugere a penalização para tal conduta.

Em sua página, o movimento afirma ser ‘uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológico das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior’ e que tem como objetivo “dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos políticos e partidários”, já deixando claro o seu teor de instrumento de patrulhamento e cristalizando a figura da escola e dos/as professores/as como inimigos da liberdade, uma vez que estariam a serviço da imposição de um pensamento único.

Durante doze anos esse movimento cresceu silenciosamente pelo Brasil afora e somente em 2014 ele ganha uma proeminência nacional quando se torna fundamental na grande mobilização contrária a Lei nº 13.005/2014, que acabou resultando na vitória da extrema direita na instituição do Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024 sem a inclusão do conceito de gênero (REIS & EGGERT, 2017) e, logo em seguida, quando se torna de fato um projeto de lei (PL 2974/2014) escrito pelo próprio Miguel Nagib a pedido do então deputado estadual Flávio Bolsonaro (RJ) e protocolado pelo mesmo na Assembleia Legislativa carioca. No mesmo ano, seu irmão, o vereador Carlos Bolsonaro, protocola o mesmo projeto (PL 864/2014) na câmara de vereadores da cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 2014, o movimento escola sem partido ganha muito mais notoriedade nacional. Esses dois projetos ficaram expostos na página do movimento a servir de modelo e se espalharam através de dezenas de outras proposições em diversas câmaras municipais, Assembleias Legislativas de vários estados e a nível

federal também. Em Santa Catarina, o projeto já foi aprovado nas cidades de Criciúma e Tubarão, bem como teve aprovado recentemente a nível estadual uma metamorfose desse projeto, que será discutido no decorrer deste texto.

É a atmosfera da bolsonarização da política brasileira e da sua consequente polarização política, tensionada especialmente pela extrema direita, que permite o crescimento do projeto do ESP ao longo desses quase vinte anos e o faz se tornar tão influente na cena política e adquirir relevância em projetos legislativos e no cotidiano brasileiro como ferramenta de controle e de medo. Nesse tempo de existência, o projeto foi arregimentando parceiros e mudando um pouco a sua retórica e seu alvo.

O Escola Sem Partido nasceu com uma reivindicação específica do campo político, a saber, nas definições do próprio projeto, o combate à doutrinação marxista presente nas escolas. O movimento se utilizou da noção de Marxismo cultural, amplamente divulgada no Brasil por Olavo de Carvalho através de seus livros, cursos e artigos para jornais. Segundo o guru intelectual da extrema direita brasileira, o Marxismo cultural seria uma imposição do marxismo através da esfera cultural, porém sem os dogmas tradicionais do marxismo - tais como proletariado e ditadura do proletariado – e sem pregar “abertamente nenhuma truculência” (CARVALHO, 2002). Tal doutrinação faria parte de um suposto projeto de poder denominado pelas forças reacionárias como marxismo cultural e teria como objetivo a destruição da cultura ocidental.

Segundo a extrema direita, o marxismo cultural tem como base teórica a teoria crítica de Frankfurt e, principalmente, a teoria do Marxista italiano Antonio Gramsci, sobretudo seu conceito de hegemonia. De acordo com o cientista político Luís Felipe Miguel (2016):

A ameaça da “doutrinação marxista” nas escolas é alimentada por uma leitura fantasiosa da obra do revolucionário sardo Antonio Gramsci. Entendendo que a luta pela transformação social, nas sociedades capitalistas ocidentais, não pode ser restrita à conquista do Estado, Gramsci formulou a ideia de um combate pela hegemonia que inclui a disputa por projetos e visões de mundo, em diferentes espaços da sociedade civil. Essa sofisticada percepção da luta política se torna, nas mãos de seus detratores à direita, uma estratégia maquiavélica e simplória, com o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade, por meio da manipulação das mentes (a noção de “lavagem cerebral” é invocada com frequência). Gramsci é apresentado como alguém que bolou um “plano infalível” para a vitória do comunismo: é o Cebolinha do pensamento marxista. (MIGUEL, 2016, p. 11).

Até então, o foco do patrulhamento acerca do movimento era especificamente no controle e denúncia de temáticas e termos relacionados ao marxismo cultural. No entanto, a partir de 2010, com o recrudescimento das forças da extrema direita, as pautas morais, também comumente chamadas de pauta de costumes, tornam-se um dos principais aglutinadores do reacionarismo e são incorporadas no discurso do Escola Sem Partido, passando a ser central para o movimento em detrimento do marxismo cultural, que não deixou de ser importante e difundido pela economia da internet através de seus influenciadores e youtubers – tão fundamentais para a ascensão e fortalecimento da extrema direita – mas que virou coadjuvante diante da avassaladora importância que as políticas das diferenças assumiram nas políticas discursivas (MISKOLCI, 2017).

O sintagma Ideologia de gênero se converteu em um dos principais dispositivos no combate que tem a concepção da escola crítica e plural como inimiga da sociedade. Este sintagma se transforma no sintetizador do projeto Escola Sem Partido e, em última instância, de vital importância para a extrema direita, sobretudo na eleição para presidente de Jair Bolsonaro em 2018, cuja política discursiva teve muito sucesso na operação que alia o alarme da crise econômica com um suposto declínio dos valores morais tradicionais ancorados na destruição da família tradicional (JUNQUEIRA, 2018; CORRÊA, 2018).

O filósofo e educador Gaudêncio Frigotto organizou uma coletânea de textos de pesquisadores/as da área da sociologia e educação que esmiúçam a história do movimento Escola Sem Partido e suas ligações com institutos que representam o ensino privado, bem como analisam os discursos que constituem o projeto. Para ele, o Escola Sem Partido – que defende e propaga a ideia de uma educação neutra, sem ideologias e que não interfira na realidade do alunado – apresenta uma falsa semântica em seu título:

Ao pôr entre aspas a denominação de “Escola sem Partido” quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc. Um partido, portanto que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia liberal, mesmo que nos seus marcos limitados e mais formais que reais. Um partido que dissemina o ódio, a intolerância e, no limite, conduz à eliminação do diferente (FRIGOTTO, 2016, p31).

Junqueira (2022) salienta que o sintagma ideologia de gênero começou a ser utilizado em 2004, mas que foi a partir de 2011, como reação ao reconhecimento de união estável para casais do mesmo sexo pelo STF, que teve um acionamento gradual e cada vez mais constante em nosso cotidiano, sobretudo por representantes das igrejas católica e evangélicas aliados com setores laicos. No entanto, o que essa operação retórica dos detratores do gênero escondem, é que, justamente a constatação de que o gênero é articulado ideologicamente já havia sido apontada pela própria teoria sociológica e pelas teorias feministas. Ao discutir o gênero como um constructo social, as feministas já identificavam que o sexismo e a homofobia, por exemplo, já operavam o gênero através de uma ideologia que buscava naturalizar os papéis sociais e reforçar sua estrutura hierarquizante. Desta maneira, através da inversão semântica, as cruzadas antigênero se apropriam da crítica sociológica feminista para justamente acusar o outro do que eles próprio praticam e transformam ‘ideologia de gênero’ em um slogan político (HAMLIN, 2021; JUNQUEIRA, 2018). Sobre este tópico, Junqueira (2020) pontua que:

Diferentemente do sintagma retórico inventado pelos “defensores da família”, o conceito sociológico de *ideologia de gênero* (sem aspas) pode ser útil para identificar, compreender e criticar a naturalização das relações de gênero, as hierarquizações sexuais, a heterossexualização compulsória, a inculcação das normas de gênero, entre outras coisas. São exemplos de manifestações da ideologia de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, o heterossexismo, a transfobia, assim como a pugna religioso-moralista e antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Podemos dizer, portanto, que são eles, os cruzados antigênero, que agem como genuínos promotores da ideologia de gênero. Paradoxalmente, a partir de uma manobra de inversão, esses “defensores da família” atribuem a outrem exatamente aquilo que praticam. O discurso antigênero nomeia como “ideologia de gênero” aquilo que é precisamente a sua crítica. (JUNQUEIRA, 2020).

Essa falsa premissa que o sintagma ‘ideologia de gênero’ pressupõe, a de combater uma pretensa ideologia através de um argumento ideológico disfarçado de neutralidade é um dos pontos centrais na política discursiva para o controle e enfraquecimento da educação pública. Para os/as que se deixam seduzir pelos apelos do ESP, pouco importa se existe fundamentação na crítica da cruzada antigênero, o fato é que ela funciona como um *slogan* político com um enorme alcance e poder mobilizador. Para o educador Fernando Penna (201), o Escola Sem Partido é uma chave de leitura para entender o fenômeno educacional,

principalmente quando o projeto fornece uma concepção de escolarização e não de educação. Essa formulação limita o papel do/a professor/a apenas a instrução e não de educação, cujo entendimento pressupõe uma formação crítica que não só aborde conhecimentos teóricos e técnicos, mas também se preocupa com a formação humana e ética do/a aluno/a.

O pavor acometido através da ampla divulgação dos supostos perigos que a 'ideologia de gênero' leva para a escola é ancorado a partir das definições dos papéis da família e da escola contida na dicotomia escolarização/educação amplamente utilizada pela lógica do ESP. O projeto estipula que o/a professor/a não trate de valores morais em sala de aula, uma vez que, na perspectiva desse movimento, a moralidade deve ficar restrita apenas ao campo da família e da religião, não sendo direito da escola e dos/as professores/as interferirem nessas searas, limitando a concepção docente apenas ao papel técnico da instrução e não da educação. Através da separação escolarização/educação, o ESP determina quais assuntos e teorias a escola deve ensinar, sobrepondo a noção privada da família a do público contido na escola. Acerca da responsabilidade sobre o tratamento da moralidade e da religiosidade nas escolas públicas brasileiras, o site do movimento orienta que:

Para respeitar esse direito dos pais, o professor deve se abster de veicular conteúdos e realizar atividades de cunho religioso ou moral que possam estar em conflito com as convicções dos pais ou responsáveis pelos estudantes, o que compreende, evidentemente, questões relacionadas à moral sexual. A violação a esse dever de abstenção expõe o professor ao risco de responder, pessoalmente, nos termos da lei civil, pelos danos que vier a causar ao estudante ou sua família. (ESCOLA SEM PARTIDO)

Essa prerrogativa parte do pressuposto de que o/a estudante não possui nenhuma vontade própria ou capacidade crítica para lidar com o diferente, com o contraditório e, que, mais ainda, deve ser submetido/a ao que Fernando Penna (2016) chama de 'poder total dos pais', cuja percepção do privado está acima das leis e pode invadir e ser preponderante nos espaços públicos, como a escola.

A partir desse cenário, estão dadas as ferramentas para controlar e criminalizar a educação e os/as professores/as, fundamentadas e fortalecidas por movimentos religiosos e institutos ligados as redes privadas de educação. Essa junção de um projeto de desmonte da educação pública em prol do fortalecimento da educação privada conta, ainda, com a forte aliança religiosa.

Diversas pesquisas têm analisado recentemente a relevância que a gramática sexual tem assumido no cenário político brasileiro e, mais especificamente, como algumas propostas e projetos do âmbito da moral, articulado principalmente por instituições religiosas de diferentes vertentes juntamente ao apoio de movimentos, tem surgido e se estabelecido com viés de regulação e controle social (MACHADO, 2004; NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009). Aqui, a aliança entre o ultraconservadorismo moral e o ultraliberalismo econômico é fundamental para a maneira com que ambos se desenvolvam. Ironicamente, posições que implicariam visões diferentes, distantes, aproximam-se em projetos que convirjam em lógicas ou efeitos que limitam ou diminuem o poder do Estado, tal como o ESP e os seus efeitos de controle da escola pública e dos conteúdos escolares por parte dos pais e de discursos religiosos, a concessão de verbas públicas para projetos religiosos e institutos privados de educação, a isenção de grandes dívidas de igrejas e grandes empresas, além dos debates pela diminuição da maioria penal. Corroborando com a tese da importância da aliança entre o ultraliberalismo e o ultraconservadorismo moral que busca renaturalizar as relações de gênero e as sexualidades através da heteronorma, as duas forças se aliam na tentativa de aprovar o homeschooling, cujo conceito de educação passaria pela aprovação única e somente da família e cuja utilização do slogan antigênero funciona de maneira fundamental para justificar o total controle dos pais e avançar mais uma etapa no domínio da lógica do privado sobre o público, reiterando o privatismo e o familismo. (JUNQUEIRA, 2022).

Capitaneando o argumento do Escola Sem Partido, encontra-se a noção errônea de ideologia de gênero, conceituada e espalhada ao redor do mundo pela igreja católica em reação a assimilação do termo gênero por parte de documentos internacionais, das políticas públicas de diversos países e das Organizações Não Governamentais (ONG'S). Em 1994, ocorreu a Conferência Internacional sobre Populações e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD) no Cairo, Egito, quando determinou-se a inclusão do conceito gênero nos documentos das Nações Unidas e orientou-se a utilização do conceito nas políticas públicas. Foi a primeira vez que o termo apareceu em uma conferência intercontinental. Até então, utilizava-se as noções de sexo ou direito das mulheres. O uso do gênero acarreta num processo de desnaturalização acerca da definição biológica do sexo, já que o gênero é uma categoria historicamente determinada e que é utilizada para dar sentido ao corpo, ao



sexo (GROSSI, 1998), ou seja, as pessoas não são definidas pela biologia cromossômica, mas constroem significados e sentidos sociais aos seus corpos através do gênero.

Curiosamente, o termo gênero não causou tanto alvoroço e resistência por parte da Santa Sé na Conferência de Cairo e na Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Pequim, no ano de 1995. A Santa Sé estava ocupada demais nas frentes de luta contra os direitos reprodutivos das mulheres – como o aborto, por exemplo – e nos direitos pelo reconhecimento das sexualidades não heterossexuais (CORREA, 2018). Conforme Sônia Correa (2018) demonstra, é a partir de 1997 que a igreja católica centra suas forças na cruzada antigênero com o livro ‘Sal da Terra(1997)’, do então prefeito da doutrina da Fé da igreja católica, ou seja, o responsável pela doutrina teológica da igreja, e atual papa emérito, Joseph Ratzinger. A partir de então, a igreja católica tem se dedicado com intensidade na formação intelectual e ideológica na luta contra o gênero e a diversidade sexual, tal qual a formulação e o uso político do sintagma ‘ideologia de gênero’, com bastante sucesso, sobretudo nos continentes da Europa e América do Sul (MISKOLCI, CAMPANA, 2017; CORREA, 2018).

Nas cruzadas antigênero, religiões antagônicas em disputas políticas e de fé e com histórico de violência entre si, unem-se de maneira estratégica na luta pela defesa de uma ordem natural determinada pela biologia, pautada nas diferenças dos sexos e na defesa da moral familiar fundamentada pela heteronormatividade. Nos Estados Unidos, protestantes, católicos e judeus formaram uma forte aliança política na luta contra os movimentos feministas e o movimento gay, motivados, sobretudo, por um ressentimento em relação às mudanças relativas a ordem social que essas novas pautas traziam, causadas pelas políticas das diferenças (HUNTER, ZANON, 2022; BIROLI, VAGGIONE, CAMPOS MACHADO, 2020). Essa improvável aliança nos EUA denota a força constituída ao redor de diversos atores sociais no estabelecimento do novo *front* da luta política: a seara da moral, capitaneada pelas cruzadas antigênero. No Brasil, uma forte aliança pode ser percebida no Escola Sem Partido, cujo projeto é criado por um católico, mas articulado por toda bancada cristã no congresso, de forte predominância das igrejas evangélicas neopentecostais, juntamente a ideologia de movimentos de cunho libertarianistas<sup>17</sup> surgidos de *think*

---

<sup>17</sup>Corrente ultraliberal que “reduz todos os direitos ao direito da propriedade e tem ojeriza por qualquer laço de solidariedade social”. (MIGUEL, 2018)

*tank's*, tais como o MBL. Muito embora o MBL tenha se enfraquecido, sobretudo quando tentou se autonomizar do bolsonarismo, a ideologia e moral libertarianista tem se constituído como um dos pilares das novas direitas. (MIGUEL, 2018).

Para que se compreenda o crescimento vertiginoso da bancada cristã no congresso, a maneira como os assuntos religiosos têm pautado a política brasileira com cada vez maior relevância e protagonismo – em especial a maneira como a aliança neoconservadora religiosa estabeleceu as cruzadas antigênero no Brasil – é fundamental analisar a relação com o bolsonarismo. Como já afirmado anteriormente, Jair Bolsonaro não começou sua carreira tendo como sua base eleitoral a plataforma religiosa, embora seus discursos reacionários e naturalizantes sobre família, sobre ordem, hierarquia etc., refletissem uma moral cristã.

Todavia, é em 2011 que a aproximação de Bolsonaro com o neoconservadorismo religioso inaugura uma grande aliança que viria a ser uma de suas principais bases eleitorais e força do bolsonarismo. Neste ano, no governo Dilma Rousseff (PT), o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) anunciou a distribuição do programa 'kit anti-homofobia' para a educação básica. O material, que não chegou a ser distribuído em razão da pressão contrária de Bolsonaro juntamente a bancada católica e evangélica, consistia em uma cartilha e três vídeos com a discussão sobre o que é homofobia, lesbofobia e transfobia e como os/as gestores/as e professores/as devem refletir e enfrentar esse problema no espaço escolar.

O que era para ser apenas mais um programa de política pública para educação, destinado para estudantes acima de onze anos, devidamente elaborado por especialistas e aprovado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), ganha proporções gigantescas e monopoliza os noticiários brasileiros. Repetindo o método que fundamentou toda sua carreira política, isto é, a mentira, a polêmica, a calúnia, o alardeamento e o confronto direto, Bolsonaro imprimiu milhares de panfletos nos quais distorceu por completo o programa 'Kit anti-homofobia', a começar pelo nome, que Bolsonaro chamou de Kit gay e a denominação se espalhou pelo Brasil, tendo como efeito não só o recuo do governo com o cancelamento do programa, mas também o mérito da extrema direita de ter pautado essa discussão. O então deputado distribuiu milhares de panfletos na frente das escolas, alardeando pais, crianças e jovens contra uma suposta conspiração do MEC em relação as crianças do Brasil. Entre suas bravatas e

mentiras, o panfleto culpava o governo e o MEC de quererem “transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual” (BOLSONARO, 2011).<sup>18</sup>

Como consequência desse embate, além do já citado veto de Dilma Rousseff ao ‘Kit anti-homofobia’, o governo ainda cedeu no mesmo ano a pasta do Ministério da Pesca e Agricultura para o Bispo Marcelo Crivella (PRB), da igreja Universal, mostrando a força e vitória dos movimentos reacionários sobre o governo. A aliança entre Bolsonaro e o neoconservadorismo religioso demonstrara surtir efeito imediato de fortalecê-los e de enfraquecer o governo, sobretudo através do enfrentamento a tudo que fizesse referência às reivindicações dos movimentos feministas e LGBTQIAP+.

Nesse confronto, que ajuda a catapultar Bolsonaro como liderança proeminente da extrema direita, com direito a sua presença constante nos jornais e noticiários, chama a atenção o método na retórica bolsonarista pautada no conceito de pânicos morais, que também, evidentemente, vai ser encontrada no Escola Sem Partido. No entanto, para que possamos compreender de que modo o conceito de pânicos morais estruturam os discursos presentes no Escola Sem Partido e intensificam seus efeitos na educação pública, faz-se necessário compreender a maneira com que as guerras culturais possibilitaram e fortaleceram a atmosfera das cruzadas antigênero, principal eixo aglutinador do ESP somado ao marxismo cultural, que perde sua centralidade em relação às cruzadas antigênero, porém, nunca deixa de perder sua importância

## **2.1 GUERRAS CULTURAIS**

Os anos de 1960 em diante foram efervescentes no que tange à vida cultural e aos movimentos sociais e representaram uma mudança de paradigma sem precedentes para a sociedade ocidental, em especial nos Estados Unidos da América. O conceito de Guerras culturais foi cunhado pelo sociólogo Estadunidense James Hunter e publicado no livro *Culture Wars: The Struggle To Define America*, publicado em 1991 (Hunter, 1991). Basicamente, o conceito se refere a maneira com que a sociedade estadunidense, influenciada especialmente por religiões de diversas derivações, reagiu as mudanças morais e sociais causadas pelos

---

<sup>18</sup><https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>

movimentos negro, feminista e pelo movimento gay (maneira como era referenciado o movimento LGBTQIAP+) e suas respectivas lutas por direitos e por mudanças comportamentais.

As guerras culturais desempenharam um papel significativo na formação e consolidação da extrema direita no mundo todo e, como não poderia ser diferente, foi determinante na formação do MESP e de toda a base de apoio ao ex presidente Jair Bolsonaro. A extrema direita utiliza as guerras culturais como uma estratégia eficaz para fortalecer sua base e tensionar a polarização através de temas como identidade de gênero, orientação sexual, religião e moralidade. A partir disso, líderes e grupos da extrema direita conseguem mobilizar opiniões que abordam suas visões conservadoras através do medo. Essa abordagem cria uma narrativa de ameaça à cultura percebida como pura, tradicional e aos valores da família e da nação, convencendo os participantes de que a extrema direita é a única defensora genuína desses princípios, como por exemplo a defesa da vida e da família, sendo a família tradicional e mononuclear como única capaz deste reconhecimento. Uma vez instaurada a atmosfera gerada pelas guerras culturais, o terreno para a proliferação dos pânicos morais está pronto para ser cultivado.

## **2.2 SOBRE OS PÂNICOS MORAIS**

A noção de pânicos morais – apesar de ser associada ao sociólogo Stanley Cohen, que atuava na área criminalista – é utilizada pela primeira vez, conforme esclarece Machado (2004), por Jock Young, “que refere um ‘efeito em espiral’ entre os media, a opinião pública, os grupos de pressão e os políticos, acerca da preocupação com o consumo de drogas.” (MACHADO, 2004, p.60). Um ano após a utilização do conceito por Jock Young, e utilizando prerrogativas marxistas e do interacionismo simbólico, Cohen(1972) formula a teoria e a gênese do que enquadra o pânico moral, entendendo-a como um mecanismo utilizado pela mídia, agentes do controle social e a opinião pública, que articula uma pedagogia do medo com relações às mudanças que questionem uma ordem normativa moral.

Pânicos morais geralmente constroem uma situação perigosa onde não haveria perigo, suscitando temores baseados em estereótipos exagerados em relação a comportamentos e ações de determinado grupo. Para Miskolci “os pânicos morais são fenômenos privilegiados nessa nova ordem do poder, pois levam sempre

à discussão sobre o controle social e legal apropriado de uma forma de comportamento” (MISKOLCI, 2007, p.113) além de expressarem “de forma culturalmente complexa as lutas sobre o que a coletividade considera legítimo em termos de comportamento e estilo de vida” (p.111). Pânico moral estabelece, então, através do discurso do medo e do estigma, um controle social e legal àqueles grupos ou pessoas que possam catalizar uma possível mudança cultural e comportamental na ordem hegemônica.

Diferentemente do estudo de caso relatado por Cohen (1972), os pânicos morais presentes na estratégia de guerra cultural deflagrada pelo bolsonarismo não apresentam o consenso por parte do conjunto dos atores e instituições que formariam os ‘guardiões morais’ na formulação e consolidação dos pânicos morais. A maioria da mídia tradicional e dos especialistas em políticas públicas para educação, infância e juventude se posicionou de forma crítica e contrária às diversas fakenews divulgadas sistematicamente nos últimos anos com o intuito de espalhar pânico e deslegitimar, achincalhar e desgastar pautas e políticas do campo progressista, sobretudo através da cruzada antigênero.

Nesse sentido, a atualidade da utilização do conceito pânico moral passa por ajustes analíticos. Nas análises clássicas de Stanley Cohen (1972) e Stuart Hall (1977), a produção de pânicos morais implicava uma separação maior entre o público (senso comum receptivo) e a mídia e o lugar dos especialistas (enunciadores), bem como tinha como intuito a formação de consensos sociais amplos, nos quais buscavam uma certa hegemonia na sociedade sobre o assunto da vez do pânico moral: assassinatos e a sensação de insegurança, comportamentos desviantes da juventude, aumento no consumo de drogas etc.

Já nas análises contemporâneas, a distância entre a mídia e o público que recebe as informações diminuiu muito com as redes sociais e internet, assim como os atores e instituições sociais envolvidas na dinâmica do pânico moral são mais instáveis e voláteis (as instituições midiáticas, os guardiões morais, os especialistas, a divulgação das teses etc.) (SACRAMENTO; SANTOS, 2020). Baseado nessas constatações das transformações da dinâmica da utilização dos pânicos morais, percebe-se que a maneira com que o Bolsonarismo usa mão desse artifício é, diferentemente da busca por consenso identificado nas análises clássicas, para aumentar a polarização social, para romper com a continuidade da linguagem e do

jogo político tradicional, do ‘sistema’ – termo tão gasto pelo bolsonarismo na construção de se colocar como uma solução anti-sistêmica.

Permeado da retórica dos pânico morais, o ESP, de inspiração olavista e impulsionado pelos holofotes que Bolsonaro jogou na cruzada antigênero e contra a diversidade sexual, construiu a imagem dos/as professores/as como pessoas ameaçadoras, cujo principal objetivo profissional seria doutrinar e manipular crianças inocentes a fim de implementarem sua agenda globalizada.

Para convencer o máximo de pessoas acerca dos infundados pânico morais, o ESP e o bolsonarismo contam com o auxílio dos empreendedores morais, noção cunhada por Howard Becker. (2008). Para ele, empreendedores morais são pessoas ou grupos (auto) incumbidos de uma cruzada moral que recorrem a discursos normativos na tentativa de estabelecer o limite do que é aceitável, o limite que separa a normalidade daqueles que ameaçam à norma, ou seja, os desviantes.

Além do seu reforço ideológico, os empreendedores morais também tiveram motivação nos ganhos financeiros e na busca por popularidade, o que ajuda a explicar a proliferação de influenciadores digitais, sobretudo na figura de youtubers, assumindo para si o papel de empreendedores morais e aumentando a economia da regulação social. Toda a extrema direita, mas em especial o ESP, passou a incentivar ações individuais de denúncia, de fiscalização e de controle nos espaços escolares e universitários. Partindo das suas definições morais, influenciadores passaram a invadir espaços de professores, estudantes, de reuniões de movimentos sociais etc., e intimidar através da exposição, da elaboração dos pânico morais e da pedagogia do medo. Nesse sentido, a importância dos empreendedores morais é hipertrofiada através da indústria dos empreendedores digitais, fenômeno recente do nosso tempo. Sobre esse tópico, Letícia Cesarino(2021) ressalta que:

O populismo digital também envolve um grau importante de empreendedorismo digital, formal e informal, por parte dos influenciadores da nova direita e dos usuários comuns que se autointitularam “marqueteiros do Jair” (CESARINO, 2019). Seria apressado, contudo, aceitar sua autodescrição como um trabalho gratuito desvinculado de qualquer interesse econômico. Aqui, também colapsa a diferença entre política e empreendedorismo: navegar nas redes digitais bolsonaristas era transitar por múltiplas formas de monetização de clicks, desde canais do YouTube e click baits em sites de conteúdo duvidoso financiados por interest-based advertising até ofertas de master classes, livros e múltiplas formas de coaching por parte de influenciadores da nova direita. (CESARINO, 2021)

O crescimento dos empreendedores morais, bem como a facilidade da divulgação do acesso aos seus conteúdos através da internet e smartphones, contribuíram imensamente para abalar a legitimidade de instituições e saberes já historicamente estabelecidos, tais como o saber científico e a divulgação jornalística, causando, assim, uma crise dos mediadores sociais a partir da atuação dos empreendedores digitais e morais. Richard Miskolci (2021) destaca duas razões sobre os efeitos das redes sociais na crise dos peritos, uma de cunho sociológico e outra mais psicológico:

A primeira repousa no fato de que, no jornalismo profissional, constroem-se reportagens baseadas em fatos, enquanto na ciência, criam-se teorias baseadas em evidências, portanto ambas são fundamentadas no trabalho de mediação entre o conhecimento e a sociedade, justamente o que a esfera pública técnico-mediatizada incita seus usuários a recusarem em favor da comunicação direta dos serviços de rede social. A segunda razão dos ataques se relaciona com a primeira, mas sublinha um elemento subjetivo: a recusa de mediadores é também a tentativa de invalidar o factual e o empírico, o princípio de realidade em favor das percepções e opiniões sem comprovação, ou seja, do imaginário que busca circular sem limites. (MISKOLCI, 2021, p.47)

As retóricas presentes no bolsonarismo e no ESP não se distinguem, pois fazem parte do mesmo campo, da mesma matriz. Cesarino (2019) detalha como funcionam essas táticas que geram desconfiança constante sobre a esfera pública e seus respectivos mediadores sociais:

São estas: mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios; espelho invertido do inimigo e devolução de acusações; e criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (notadamente, a academia e a imprensa profissional) (CESARINO 2019, p.533)

As estratégias descritas acima tem como mentor o jornalista e (auto)declarado filósofo, Olavo de Carvalho. Ele é um dos grandes responsáveis pela elaboração e desenvolvimento das estratégicas retóricas e de atuação da extrema direita brasileira e responsável pela sua ascensão (CALIL, 2021). Assim sendo, é natural que o MEP tenha total influência do jornalista. Miguel Nagib, criador do MESP, era um aprendiz e leitor de Olavo de Carvalho e entusiasta de suas teses sobre a doutrinação da escola brasileira (MOURA, 2018). A relação de mentor e aprendiz não impediu que Olavo de Carvalho criticasse o MESP de maneira ríspida,

chegando a chamar publicamente Nagib de burro (WALTENBERG, 2020). Em 2020 Nagib publicou um vídeo na página do movimento em que anuncia a sua saída do ESP e explica os motivos. Além das derrotas no STF, cujas decisões geraram jurisprudências pela inconstitucionalidade do projeto, Nagib afirma que o que mais pesou em sua decisão foi a sensação de abandono do movimento por parte de Bolsonaro, motivado por Olavo de Carvalho. A rusga não é por diferença programática, em absoluto. Qualquer visita breve no site do ESP deixa claro que o movimento se utiliza de todos os expedientes conceituais e retóricos narrados acima. Substancial e ideologicamente, são a mesma coisa. As relações estremecidas se dão por questões formais: Nagib defende que a estratégica retórica do ESP deve se dar pela noção de neutralidade, de educação neutra, ao passo que Olavo de Carvalho defendia que, em confluência com a crítica progressista ao ESP, não existe escola neutra, portanto, o Brasil não deveria lutar por uma escola sem partido, mas por uma escola sem comunismo. (CARVALHO, 2016).

Salvo essa questão pontual, os fundamentos e as práticas do ESP fazem parte do mesmo arsenal olavista, tão inspirado pelas guerras culturais. Na página do movimento é possível encontrar toda a virulência, conspiracionismo e paranóia presentes no bolsonarismo direcionados para a esquerda, para a educação brasileira como um todo e, mais especificamente, aos/as professores/as. Evidentemente, os tentáculos da vigilância, censura e punição contidos no ESP atingem todas as áreas do saber, porém, esses tentáculos incidem com muito mais regularidade e potência em docentes das áreas das ciências humanas e biológicas. Disciplinas como a Sociologia, Filosofia, História, Geografia e Biologia são mais visadas justamente por trazerem posições críticas em relação às temáticas combatidas pelo ESP, tais como os debates referentes a gênero, raça, evolucionismo, autoritarismo etc. (MIGUEL, 2016).

Além da disputa jurídica e legal pelo projeto, as orientações para que alunos/as e pais filmem e denunciem os/as professores/as, reforçam o modus operandis da atuação política do ESP através da vigilância e da imposição do medo. Os impactos do ESP, muito além dos seus efeitos jurídicos, já se podem sentir nas salas de aulas do Brasil afora e no seu cotidiano escolar, sobretudo através do medo e silenciamento aos/as gestores/as e professores/as.



### **CAPÍTULO 3 - AMEAÇAS REAIS DO ESCOLA SEM PARTIDO**

Como já dito anteriormente, projetos de Leis motivados e copiados ou totalmente inspirados nos ESP se proliferaram pelo Brasil, tendo sido aprovados em diversas cidades e estados. Todavia, todas as proposições aprovadas foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Uma das principais decisões que gerou jurisprudência foi a decisão do plenário do STF em relação ao julgamento da lei nº 7800, de 05 de maio de 2016, do estado de Alagoas. A decisão teve como relator o ministro Luís Roberto Barroso que decidiu por inconstitucional por ferir os princípios do pluralismo de ideias. Na decisão, o ministro afirmou que “a ideia de neutralidade política e ideológica da lei estadual é antagônica à de proteção ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e à promoção da tolerância, tal como previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação” (Brasil, 2017). Como forma de driblar essa decisão, o PL nº 660/2023 foi protocolado ao senado federal pelo pastor evangélico e senador Magno Malta (Partido Liberal), cujo objetivo é alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e, assim, suplantar o argumento da inconstitucionalidade.

Mesmo que as possibilidades jurídicas do ESP já estivessem todas esgotadas, o que, como vimos, não está, o mesmo não deveria ser analisado somente pelos seus impactos legais. Longe disso. Impondo medo aos/as professores/as, incentivando, pais e estudantes e atores sociais como influenciadores digitais, MBL etc., a controlar os discursos escolares, enquadrar, denunciar e perseguir professores/as e gestores/as escolares, chegando, até mesmo, a violência física, o ESP já demonstrou sua força de desestruturação político e social.

Em março de 2023, uma orientadora educacional de uma escola estadual situada no Bairro Rio Vermelho, em Florianópolis, Santa Catarina, foi afastada da unidade escolar e teve um processo administrativo aberto pelo Estado para investigar sua conduta sob a acusação de faltar com a ética profissional ao fazer “doutrinação ideológica”. A servidora, que desenvolve projetos integradores com as temáticas relacionadas aos direitos humanos e organiza o Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às violências na Escola (Nepre), relata que os incômodos com o seu trabalho surgiram no período das eleições presidenciais de 2022. O Estado alega que o afastamento da servidora se deu para resguardar sua

integridade física, já que a mesma foi ameaçada de violência pela mãe de um estudante – fator esse que não impediu que o Estado questionasse sua ética profissional com possibilidade de punição através de uma sindicância aberta.

Não é trivial o fato de que as manifestações de incômodo, de desacordo e de confronto com a servidora tenham se intensificado na época das eleições e escalonado nos meses subsequentes a ponto de acontecer ameaças de vários pais à sua integridade física e moral. A aliança reacionária entre religiosos – sobretudo evangélicos e católicos, ultraliberais, outsiders e extremistas que não raras as vezes se promovem e aumentam seus capitais sociais e políticos – efetua uma verdadeira cruzada antigênero, em um enfrentamento que vem sendo trabalhado pela extrema direita há muitos anos cujos impactos na polarização política podem ser sentidos de forma crescente. No período das eleições essa polarização se acirra de maneira significativa, não sendo incomum conflitos que descambam em ameaças, violências físicas, perseguições, difamações, intimidações e até mesmo homicídios, como atestam os famosos e simbólicos casos envolvendo o músico, ativista e mestre de capoeira Moa do Catendê, de Salvador, nas eleições de 2018, e do ex tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) em Foz do Iguaçu, em 2022, no qual ambos tiveram suas vidas ceifadas em conflitos com Bolsonaristas na época das eleições presidenciais.

A situação relatada pela orientadora escolar não parece ser uma situação particular. A presidenta do Conselho Deliberativo da escola afirma que existem algumas famílias insatisfeitas com a maneira que a escola trata assuntos relacionados a gênero e sexualidade e acusam a escola de realizar doutrinação ideológica com os/as alunos/as.

Ainda em 2023, mais precisamente no mês de agosto, o pai de um aluno gratuitamente invadiu armado uma escola municipal em Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo. O pai de uma aluna do primeiro ano do ensino fundamental invadiu a escola para tirar satisfação pelo motivo por não ter recebido nenhuma lembrança da escola no dia dos pais. O homem acusou a escola de doutrinação ideológica e de apoiarem a ideologia de gênero. Ele chegou a apontar a arma para duas professoras e questionar o conteúdo do livro didático. Só se acalmou e foi embora quando sua esposa interveio, após serem informados pelas docentes que os livros eram do programa Nacional de Livro Didático (PNLD), aprovados pelo MEC, na gestão de Bolsonaro (MOLINA,2023).

Como estratégia para evitarem diretamente a jurisprudência do STF sobre o ESP, políticos/as da extrema direita têm utilizado variações nos títulos dos projetos e nos objetivos dos mesmos, sem, contudo, perderem seu caráter de dispositivo de controle, de intimidação, de cerceamento e censura dos/as professores/as e das temáticas como gênero, sexualidades, educação sexual, direitos humanos etc.

Jorginho Mello, governador do Partido Liberal (PL) de Santa Catarina eleito em 2022, sancionou em fevereiro de 2023 a lei 18.637/2023 que instituiu a Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e ao Adolescente como atividade obrigatória na escola. A leitura do projeto não deixa dúvida alguma de que se trata do ESP, mas com um título diferente. O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina está julgando se o projeto é constitucional ou não. A Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC) emitiu um parecer no qual considera a lei constitucional e diferente do projeto do ESP de Alagoas que gerou uma das jurisprudências do STF que têm servido de referência para a anulação dos projetos que visem censurar os professores e as temáticas de gênero na escola. Segundo a PGE/SC, a jurisprudência do STF aplica-se a projetos de leis que impõe diretrizes para a atuação dos/as professores/as e até mesmo sanções, diferentemente da lei recentemente aprovada em Santa Catarina.

Em sua defesa acerca da constitucionalidade da lei, na sustentação oral no julgamento, o procurador-geral Márcio Vicari defendeu que a Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e ao Adolescente não proíbe o estudo de nenhuma ideologia, mas o acesso a todas às ideologias de forma neutra, ecoando, assim, um dos mantras do projeto ESP, cuja noção de neutralidade é fundamental. De acordo com o procurador:

A Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e ao Adolescente tem como objetivo o fomento da discussão na comunidade escolar sobre práticas educativas que permitam o acesso a todas as ideologias, de maneira equitativa. Apenas com o debate sobre a neutralidade educacional é possível que os estudantes desenvolvam sua plena autonomia intelectual e realizem escolhas independentes, de acordo com suas crenças pessoais (SPIESS, 2023)

O discurso acerca da neutralidade, sobretudo quando é retratado através daquilo que Ernest Laclau (2013) chama de um significante vazio, ou seja, conceitos tão vagos ou tão amplos que não são capazes de precisar o seu real significado, esconde as reais intenções do ESP. Disfarçado de neutralidade e de preocupação

com as crianças e adolescentes, o ESP propõe uma ofensiva de vigilância, perseguição e punição aos/ professores. Articulando uma retórica completamente exagerada e infundada, os empreendedores morais disseminam pânicos morais e sexuais a fim de intimidar e limitar a atuação dos/as docentes ao papel de meros instrutores educacionais, cujos papéis da reflexão e da crítica não possuem espaço. Os pânicos morais são tão eficientes na função de regular a educação que quando não funcionam através das práticas do constrangimento, da intimidação e da censura, tão incentivadas pelo ESP, acaba funcionando como imposição da autocensura dos/as próprios docentes, por medo das represálias cada vez mais frequente (FRIGOTTO, 2017).

Fernando Penna (2016) evidencia como essa atmosfera de perseguição e intimidação aos professores, inerentes do ESP, cria um sentimento de ódio aos/as professores/as e colabora para a efetivação de ações como as narradas acima, mas também influencia por ações mais sutis na reprodução da pedagogia do medo e da censura. Através do constante incentivo à vigilância

A 'Frente Nacional Escola Sem Mordança', uma frente de professores e pesquisadores criada em 2016 para enfrentar a ofensiva do ESP, realizou uma pesquisa no Brasil entre 2014 a 2020 para mapear a quantidade e o teor dos projetos que impunham algum tipo de censura e perseguição às escolas, professores e pesquisadores da educação pública brasileira em todas as instâncias do Legislativo, isto é, nas câmaras municipais, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. Nos seis anos do mapeamento, a pesquisa, realizada pelas pesquisadoras Fernanda Moura e Renata Aquino e financiada pelos Sindicato Nacional de Ensino Superior (ANDES, sindicato Nacional), Sindicato Federal dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil, identificou 236 projetos que se dividiam entre: a) aqueles que copiavam integralmente o texto do anteprojeto do Escola Sem Partido disponibilizado em seu site; b) aqueles propostos nos moldes do Escola Sem Partido, porém com o texto não copiado – ao menos integralmente – do anteprojeto ou, por motivo de estratégia, sem o nome do ESP no título do projeto; c) aqueles que se dedicavam integralmente à pauta antigênero, isto é, ao combate ao direito à educação em gênero e sexualidade; e d) aqueles que, tal qual o item anterior, focavam suas forças na cruzada antigênero, porém, como estratégia política e

retórica, utilizaram o título de ‘infância sem pornografia’ dando a entender falsas preocupação e proteção às crianças, além de, como explicitam as autoras da pesquisa, usarem “de uma estratégia comum na direita mundial: associar homossexualidade, tema forte ao se discutir sexualidade na escola, à pedofilia” (2020, p.8), reforçando, assim, os efeitos dos pânicos morais em relação às sexualidades dissidentes e gêneros dissidentes e toda a discussão que traga a diversidade como um tema importante para pensar a escola.

Em razão de toda essa ofensiva do ESP, os/as pesquisadores/as Amanda Mendonça, Fernando Penna, Fernanda Moura e Renata da Conceição Aquino da Silva criaram um observatório da censura na educação chamado professores contra o escola sem partido. Em sua página<sup>19</sup>, os pesquisadores divulgam textos com embasamentos conceituais e argumentativos para auxiliar os/as docentes a lidarem com a retórica do ESP, disponibilizam pareceres técnicos e jurisprudências que invalidam a finalidade do ESP, documentos técnicos para lidar com a censura, bem como compartilha relatos de perseguições sofridas pelos/as docentes. Essa sistematização sobre a maneira como ocorrem os processos de intimidação e controle da educação, bem como o partilhamento de relatos de violência e intimidação auxiliam a demonstrar que as ameaças do ESP a escola pública são reais e exigem engajamento da sociedade pelo reforço da educação laica e pública, que garanta a pluralidade de ideias e a liberdade de cátedra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O contexto transnacional de crescimento de movimentos de extrema direita tem profunda ligação com o crescimento vertiginoso do bolsonarismo, do ESP e de suas respectivas políticas discursivas. Assim como em outros países, decisões favoráveis ao reconhecimento de sexualidades não normativas, o debate ao redor do aborto – aqui no Brasil, no caso, a aprovação do aborto de fetos anencéfalos - a diversidade como elemento importante da transformação social, tudo isso suscitou uma contraofensiva reacionária. Através do expediente das guerras culturais, no qual disseminam pânicos morais baseados nas distorções de fatos, na invenção de factóides e em exageros retóricos, empreendedores morais a serviço da extrema direita tem imposto uma rotina cada vez mais frequente de controle e violência das

---

<sup>19</sup>[www.profscontraoesp.org](http://www.profscontraoesp.org)

pautas educacionais, seja na perspectiva macropolítica, através de legislações que visam limitar o papel dos/as docentes e os conteúdos educacionais, seja em uma perspectiva micropolítica através da vigilância, da (auto)censura e da intimidação aos/as docentes.

A maneira como as redes sociais são projetadas tem total influência na maneira como se desenvolveu os debates acerca do ESP e do crescimento da extrema direita no Brasil e no mundo (CESARINO, 2019). Não raras as vezes, o campo progressista resvala nas armadilhas neoliberais inerentes ao funcionamento dessas redes, e fortalece um debate baseado em concepções neoliberais, ancoradas na ideia de empreendedor de si, e de práticas punitivistas e vigilantes, retroalimentando a extrema direita. (MISKOLCI, 2021).

O ESP, mesmo tendo sofrido derrotas por parte do STF que invalidam sua efetividade legal, segue fazendo um grande estrago na sociedade e na educação brasileira ao mobilizar uma base reacionária no combate a diversidade e às posições críticas e plurais nas escolas. O ESP estimula em sua página na internet que pais e alunos/as controlem os conteúdos didáticos, incentiva que estudantes filmem as aulas para denunciarem e intimidarem os/as docentes. Não é exagero dizer que o ESP tem impactado diretamente às escolas em uma atmosfera de censura e violência através da sua pedagogia do medo.

Em razão das derrotas legais no STF e em alguns Tribunais de Justiça, o ESP tem se mobilizado para tentar driblar tais decisões e recentemente apresentou um Projeto de Lei no senado no sentido de mudar a Lei das Diretrizes e Bases da educação para, assim, tornar possível e constitucional o projeto. A contraofensiva reacionária do ESP conta com uma ampla frente que contém o neoconservadorismo religioso - sobretudo através das igrejas católica e neopentecostais – em aliança com setores militarizados, ultraliberais e, até mesmo, secularizados.

Como vimos ao longo deste trabalho, o bolsonarismo se beneficiou e fortaleceu a pauta do ESP, em especial através do sintagma 'ideologia de gênero'. Ambos têm por objetivo a destruição da educação pública em detrimento de uma educação privada e familista que reforcem uma ordem moral ancorada na família tradicional e na renaturalização dos sexos. Nesse sentido, a invenção do sintagma 'ideologia de gênero' se torna imprescindível. O sintagma tem servido como um 'norte' para a aglutinação da base reacionária e de extrema direita no Brasil e no mundo, em especial para o ESP. Ancorado em um falso pressuposto, representando

um significante vazio (LACLAU, 2013) que funciona como um slogan político capaz de mobilizar sentimentos e afetos, o sintagma induz a sociedade a pensar que as escolas estariam ideologizando e influenciando no gênero e na sexualidade dos/as estudantes. Em nome da defesa da família e de uma educação neutra, o ESP se esforça na primazia da defesa das famílias tradicionais e no combate e no silenciamento de manifestações de outros modelos de família que não necessariamente mononuclear, judaico-cristã e heterossexual. Desta feita, ao utilizar esse sintagma de maneira ampla e incisiva nas guerras culturais e nos pânicos morais, esse movimento objetiva minar a educação pública, fragilizando sua estrutura e tentando impôr uma perspectiva neoconservadora religiosa, privada e sob a primazia da família. O cerceamento do debate e a tentativa de controlar o ambiente educacional sob uma ótica reacionária evidenciam a agenda política por trás do discurso de neutralidade do Escola Sem Partido.

O bolsonarismo se utiliza e se fortalece da instrumentalização das guerras culturais e o debate em torno da 'ideologia de gênero' como ferramentas políticas. O governo de Jair Bolsonaro se beneficiou dessas controvérsias para consolidar o apoio e fomentar uma base de apoiadores reacionários. O uso estratégico do sintagma 'ideologia de gênero' não apenas alimentou a polarização social, mas também desviou a atenção de questões fundamentais da educação, contribuindo para a criação de um ambiente de divisão e obstruindo a divisão de temas cruciais para o desenvolvimento da educação e da sociedade.

Entretanto, diante deste cenário, é crucial reafirmar o papel da educação como um espaço plural e democrático, capaz de promover o pensamento crítico, a diversidade de ideias e o respeito às diferenças. Se é no chão da escola, no dia a dia da rotina escolar que os efeitos do ESP são mais sentidos - especialmente através da (auto) censura imposta aos/as professores/as, nas ameaças institucionais e pessoais, culminando, não raras as vezes em violências físicas -, também é no chão da escola que o enfrentamento ao ESP exige maior atenção e mobilização. Em razão disto, um grupo de professores e pesquisadores contra o ESP elaborou um sítio<sup>20</sup> com materiais que servem de fundamentação jurídica para a prática do/a docente que enfrente e inviabilize o poder regulador e controlador do ESP, bem como auxiliam com a divulgação de relatos e embasamentos técnicos e teóricos para o enfrentamento da censura inerente ao ESP.

---

<sup>20</sup>[www.profscotraoesp.org](http://www.profscotraoesp.org)

É fundamental que a comunidade escolar esteja unida na defesa da educação pública que preze pela pluralidade de ideias, pela inclusão social e pela defesa do seu corpo docente. A gestão escolar, juntamente ao corpo docente, precisa pautar esse debate, na busca do convencimento baseado em argumentos consolidados, ancorados em valores democráticos, cultivando a cultura do diálogo. Gestão e docentes precisam elaborar estratégias para lidar com a sua comunidade a partir de suas demandas e questões locais, sem fragilizar nem temer o debate. É importante reforçar parcerias e laços institucionais para defender a escola pública e laica. Tanto para a escola como para a sociedade civil como um todo, o desafio consiste em defender uma educação que priorize a formação de cidadãos/ãs reflexivos e conscientes, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



## REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. **A formação dos trabalhadores na escola: onde está o centro da disputa?** Revista Trabalho Necessário, número 25, 2016. p. 53-69. Disponível em <[http://www.uff.br/trabalhone-cessario/images/ARTIGO\\_4.pdf](http://www.uff.br/trabalhone-cessario/images/ARTIGO_4.pdf)

AVELAR, Idelber. **Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2021

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. . **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOLSONARO, Jair M. **Fui o único a defender o contrário do que o mundo decidiu**. São Paulo: Carta capital, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/fui-o-unico-a-defender-o-contrario-do-que-o-mundo-decidiu-diz-bolsonaro-sobre-a-pandemia/> Acessado: 25 de nov. 2023

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.537/AL. Relator: Ministro Roberto Barroso. Brasília, DF, 21 de março de 2017. Direito Constitucional. **Ação Direta de Inconstitucionalidade. Programa Escola Livre. Lei Estadual**. Vícios Formais (de competência e de iniciativa) e afronta ao pluralismo de ideias. Cautelar Deferida. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311456113&ext=.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023

CALIL, G. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. *Argumentum*, **13(2)**,64–82.2021 <https://doi.org/10.47456/argumentum.v13i2.34166>

CARVALHO, OLAVO. **Escola sem Partido** Disponível em: <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2016/09/09/escola-sem-partido/> Acessado 29 de nov. 2023.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, 2019, pp.530-557. [<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>-acesso em jun. 2022].  
» <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>

CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. Ilha – **Revista de Antropologia** 23 (1): 73-96, 2021

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London, MacGibbon & Kee, 1972.

CORDEIRO, Bruno Pereira. **Uma etnografia na escola: gênero e sexualidade entre jovens em Florianópolis**. 2017. 75p. TCC (Graduação) - Curso de Ciências

Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CORRÊA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185301, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. “Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu”. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sônia Pereira da Silva, 1966).

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. Tese de Doutorado em Ciências Humanas – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 pág.

GROSSI, Miriam. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998 (revisado em 2010)

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “**Ideologia de gênero**”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ameaça à “família natural”? In: RIBEIRO, Paula R. C.; MAGALHÃES, Joanalira C. (ed.). Debates contemporâneas sobre a educação para a sexualidade. Rio Grande, Editora da FURG, 2017, pp.25-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, set./dez. 2018

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://campanha.org.br/analises/rogerio-diniz-junqueira/a-ideologia-de-genero-existe-mas-nao-e-aquilo-que-voce-pensa-que-e/Acesso> em: 28 de nov. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da ideologia de gênero. Um projeto reacionário de poder**. Brasília: Letras Livres, 2022.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

LOURO, Guacira. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Porto Editora, 2000. 111p.

MACHADO, Carla. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. **Interações: Sociedade e As Novas Modernidades**. 2004. Disponível em <<https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/arti-cle/view/125>>. Acesso em 27 Agosto de 2018.

MIGUEL, Luís. Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis** vol.7, no15, Rio de Janeiro, 2016, pp.590-621.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay\*. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 28, p. 101-128, abr. 2017. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644798>>. Acesso em: 10 out. 2023

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 3, n. 32, p.726-747, 12 jun. 2017.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizada**. Belo Horizonte, Autêntica, 2021. 112p.

MOLINA, Thomaz. **Homem armado invade escola e ameaça professoras da filha por “conteúdo ideológico**. São Paulo: Metrópoles, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/homem-armado-invade-escola-e-ameaca-professoras-da-filha-por-conteudo-ideologico>

NOBRE, Marcos. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020. 70p.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

PELBART, Peter Pál. **Carta aberta aos secundaristas**. São Paulo: n-1 Edições, Série Pandemia, 2016

PENNA, Fernando de A. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMACAO. (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p. 93-100. Esse texto já foi publicado em diversos meios de

divulgação e sua versão original pode ser encontrada no blog Professores contra o Escola sem Partido. Disponível: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/06/03/o-odio-aos-professores/>> Acessado em 25 de nov. 2023.

PENNA, Fernando de A. O escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Escola “Sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. pp. 35-48

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, v. 16, n. 278, p. 3-15, 2018.

REIS, T; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar. 2017. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017165522>. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 17 jun. 2023.

RETRATO NARRADO: A origem em Eldorado. [Locução de:] Carol Pires. Rádio Novelo, Setembro de 2020. **Podcast**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/retrato-narrado/>

SACRAMENTO, I; SANTOS, A. A revisão da noção de pânico moral nos Estudos Culturais: hegemonia, cultura midiática e representação. **Parágrafo**, v. 7, n. 1, p. 31-47, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/910/0>>. Acesso em: 23 set. 2023.

SAFATLE, Vladimir. Por um conceito “antipredicativo” de reconhecimento. **Lua Nova**, (94), 79-116. 2015 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-64452015009400004> Acessado: 20 de nov. 2023

SPIESS, Márcio. Julgamento da lei que cria semana escolar de combate à violência institucional é suspenso. Florianópolis: PGE, 2023. Disponível em: <https://www.pge.sc.gov.br/noticias/julgamento-semana-escolar/> Acessado: 21 de nov. 2023

STEFANONI, Pablo. **A rebeldia tornou-se de direita?** Campinas: Editora da Unicamp, 2022.